



**EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº PRE002/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1003.001/2026**

O Município de Frecheirinha, através da Secretaria de Saúde, torna público que realizará a **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** das empresas interessadas em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**, cujo objeto destina-se à **PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE.**

Os documentos deverão ser entregues diretamente no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Frecheirinha/CE, situada na Av. Joaquim Pereira, nº 855, Bairro Centro, CEP: 62.340-000, Frecheirinha/CE, Ceará, dentro do horário (08:00min às 12:00min) ou pelo e-mail licitacao@frecheirinha.ce.gov.br.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: A partir do dia 27 de março de 2026.

O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos seguintes locais:
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP;
SITE DO MUNICÍPIO (<https://www.frecheirinha.ce.gov.br/licitacaolista.php>);
PORTAL DE LICITAÇÕES TCE-CE.

Frecheirinha - CE, 26 de março de 2026.

**FLÁVIO MARCÍLIO SARAIVA DE ALMEIDA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE SAÚDE**

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. DO CRONOGRAMA
3. DA JUSTIFICATIVA
4. DA COMPOSIÇÃO DO EDITAL
5. DO OBJETO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO
6. DOS RECURSOS FINANCEIROS
7. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO
8. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS
9. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
10. DO JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
11. DOS PRAZOS
12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DA COMPOSIÇÃO DO EDITAL E ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA.

EDITAL DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO Nº PRE002/2026.**1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Frecheirinha, através da Secretaria de Saúde, torna público que realizará Procedimento Auxiliar de Pré-Qualificação com o objeto **PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**, para interessados em participar do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**. Os documentos deverão ser entregues ser apresentados diretamente no Setor de Licitação e Contratos da Prefeitura Municipal de Frecheirinha, situado na Av. Joaquim Pereira, nº 855, Bairro Centro, CEP: 62.340-000, Frecheirinha - CE, Ceará, dentro do horário (08:00min às 12:00min) ou pelo e-mail licitacao@frecheirinha.ce.gov.br.

1.2. Os Licitantes interessados em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026** com o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, deverão estar pré-qualificados, nos termos do presente edital. Caso haja atraso no atual cronograma, a sessão pública será temporariamente interrompida, sendo exigido que todos os licitantes pré-qualificados, bem como aqueles que aguardam o desfecho do julgamento de recurso, submetam suas propostas na plataforma eletrônica em conformidade com as disposições do edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**.

2. DO CRONOGRAMA E DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: 27 DE MARÇO DE 2026.

FIM DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS: 14 DE ABRIL DE 2026.

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DOS PRÉ-QUALIFICADOS: 20 DE ABRIL DE 2026.

ABERTURA DO PRAZO DE RECURSAL: 20 DE ABRIL DE 2026.

DIVULGAÇÃO DO(S) RECURSO APRESENTADO(S): 24 DE ABRIL DE 2026.

ABERTURA DO PRAZO DE CONTRARRAZÕES: 24 DE ABRIL DE 2026.

PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS: 28 DE ABRIL DE 2026.

REALIZAÇÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA: 30 DE ABRIL DE 2026.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE 01: O cronograma acima encontra-se devidamente justificado no item 3 deste edital e está em conformidade com o **princípio da eficiência**, conforme previsto no artigo 5º, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021. A fixação de um prazo específico para o procedimento de pré-qualificação visa garantir a celeridade e a racionalidade na condução do certame, evitando a sua abertura permanente, o que poderia acarretar prejuízos ao interesse público e comprometer a efetividade das políticas públicas a serem implementadas.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE 02: Todas as decisões tomadas no âmbito desta pré-qualificação serão divulgadas e informadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial do Município e no flanelógrafo da Prefeitura, constituindo-se como meios oficiais de intimação e notificação dos interessados. Além disso, o agente de contratação poderá utilizar outros meios de comunicação complementares, quando necessário, a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, em observância ao devido processo legal. Essa

medida reforça o compromisso com a transparência e a publicidade do processo, garantindo que todos os interessados tenham pleno conhecimento das decisões e possam exercer seus direitos de forma efetiva.

3. DA JUSTIFICATIVA DO CRONOGRAMA PREVISTO E DA JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. A justificativa para a utilização do cronograma apresentado no processo de pré-qualificação é fundamentada com base nos requisitos legais e nos princípios de competitividade e **eficiência**, que orientam as licitações públicas, conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021 e pelas orientações jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União, conforme transcrevemos a seguir:

O período estipulado para o recebimento dos documentos atende aos princípios de isonomia e ampla participação, assegurando tempo suficiente para que os interessados preparem e submetam sua documentação. Conforme orientado pelo TCU, prazos muito curtos podem impedir a participação de potenciais interessados e comprometer a seleção da proposta mais vantajosa (**Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 621**). Outrossim, a realização da CONCORRÊNCIA após o julgamento dos recursos permite que todas as questões sejam resolvidas com suficiente antecedência, garantindo que todos os participantes estejam em igualdade de condições no momento da licitação, conforme princípios de isonomia, competitividade e eficiência, estabelecidos na Lei 14.133/2021.

3.2. Portanto, os prazos do cronograma proposto parecem razoavelmente justificados pela necessidade de garantir um processo equitativo, transparente e eficiente. **No entanto, recomenda-se sempre estar atento às eventuais particularidades do processo que possam requerer adaptações no cronograma para melhor atender aos objetivos do certame e às necessidades da Administração Pública, de acordo com as circunstâncias específicas e observando os princípios legais vigentes.**

3.3. Por fim, é essencial observar que a pré-qualificação, ao definir prazos insuficientes ou critérios não alinhados à necessidade específica da contratação futura, traz riscos como **restrição indevida da competitividade**, podendo resultar em anulação do certame ou contratação a preços elevados, conforme alertado na orientação normativa do TCU (**Orientações e Jurisprudência do TCU sobre Licitações e Contratos - 5ª Edição: 624**).

3.4. DA JUSTIFICATIVA DO MODO DE RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

3.4.1. O recebimento dos documentos de pré-qualificação tanto de forma presencial quanto por e-mail foi adotado pela Administração Pública do Município de Frecheirinha em razão de fatores técnicos, contratuais e jurídicos, alinhados aos princípios da Lei Federal nº 14.133/2021 e às diretrizes estabelecidas no Decreto Municipal nº 002/2024. A escolha desse modelo de recebimento visa garantir eficiência, transparência e acessibilidade ao processo, considerando as **limitações do sistema atualmente contratado e as obrigações contratuais assumidas pelo município.**

3.4.2. O Município de Frecheirinha possui um **termo de cooperação técnica** com a empresa **LICITANET**, responsável pela plataforma utilizada para os procedimentos eletrônicos de licitação. No entanto, o sistema **possui limitações técnicas** que impactam diretamente no processo de **pré-qualificação**, impossibilitando que a totalidade do procedimento seja realizada exclusivamente de forma digital. Diante dessas dificuldades, a Administração identificou a necessidade de **oferecer um meio alternativo** que assegurasse a **segurança jurídica** do processo e possibilitasse a ampla participação de empresas interessadas.

3.4.3. Ademais, enquanto houver vigência contratual com a empresa LICITANET, o município não pode contratar outro sistema provedor de serviços eletrônicos para essa finalidade. A substituição do sistema antes do término da avença contratual poderia resultar em descumprimento contratual, implicando em possíveis penalidades e riscos financeiros para a Administração. Outrossim, a mudança abrupta de plataforma sem os devidos testes e adaptações poderia comprometer a estabilidade do processo licitatório, trazendo insegurança jurídica e operacional. Destarte, respeitando o princípio da continuidade dos serviços públicos e a obrigatoriedade de cumprimento dos contratos administrativos, a Administração precisou buscar uma alternativa viável que equilibrasse as limitações técnicas e as obrigações contratuais vigentes.

3.4.4. Nesse contexto, **o recebimento híbrido dos documentos de pré-qualificação, tanto presencialmente quanto por e-mail, tornou-se a solução mais adequada para assegurar a eficiência e a legalidade do certame.** A entrega presencial permite a conferência e autenticação imediata dos documentos, garantindo maior segurança na verificação da regularidade das informações apresentadas. Por outro lado, o recebimento eletrônico amplia a acessibilidade e facilita a participação de empresas situadas fora do município, evitando restrições indevidas à competitividade do processo. Essa abordagem está em conformidade com a Lei 14.133/2021, que estabelece os princípios da publicidade, competitividade e eficiência, bem como com o Decreto Municipal nº 002/2024, que reforça a necessidade de transparência e otimização dos procedimentos administrativos.

3.4.5. Portanto, a adoção do modelo híbrido de recebimento dos documentos não apenas atende às diretrizes legais e contratuais, como também mitiga riscos operacionais e jurídicos, promovendo um processo de pré-qualificação mais seguro, acessível e eficiente.

3.4.6. Os Licitantes interessados em participar do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**, com o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, deverão estar pré-qualificados, nos termos do presente edital.

3.4.7. Caso haja atraso no atual cronograma, a sessão pública será temporariamente interrompida, sendo exigido que todos os licitantes pré-qualificados, bem como aqueles que aguardam o desfecho do julgamento de recurso, submetam suas propostas na plataforma eletrônica ou e-mail, como o edital dispuser, em conformidade com as disposições do edital do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**.

3.4.8. O Edital será disponibilizado gratuitamente através do Site Oficial do Município, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal de Licitações do TCE-CE. Informamos que pedidos de esclarecimento, impugnações ou qualquer tipo de informação sobre o Procedimento de Pré-Qualificação deve(m) ser enviada(s) para o e-mail: licitacao@frecheirinha.ce.gov.br ou apresentados na própria sede da prefeitura, no endereço disponibilizado no rodapé deste edital. Os meios citados são apenas veículos de divulgação do edital.

4. DA COMPOSIÇÃO DO EDITAL

4.1. O Edital é composto de três partes:

- a) Edital de Pré-Qualificação: Documento destinado à análise das condições de qualificação técnica dos interessados.
- b) Anexos: Termo de Referência (Documento-base necessário para a contratação)
- c) Projeto Básico de Engenharia

5. DO OBJETO DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

5.1. Constitui objeto deste Procedimento Auxiliar a **PRÉ-QUALIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**, cujo detalhamento se encontra inserido no Anexo I – Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, que são partes integrantes deste Edital.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotações: 1102.10.302.0068.1.022 – Construção e Melhoria de Unidades Hospitalares e de Pronto Atendimento. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 Obras e instalações.

7. DOS CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar desta pré-qualificação as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto e atenderem a todas as demais exigências contidas neste edital.

7.2. Não Será admitida a participação, nesta pré-qualificação, de empresas licitantes reunidas em consórcio, conforme justificativa constante no Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, anexo deste edital.

7.3. Como condição prévia ao exame da documentação de pré-qualificação da proponente, a comissão de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção, mediante a consulta nos seguintes cadastros:

I – Cadastro Nacional de empresas inidôneas e suspensas-CEIS, mantida pela controladoria geral da união.

II – Cadastro nacional de empresas punidas.

7.4. A consulta acima será realizada em nome da empresa proponente e de seu sócio majoritário, em observância ao artigo 12 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), bem como às disposições correlatas da Lei nº 14.133/2021, visando garantir a idoneidade e a regularidade dos participantes no processo de pré-qualificação.

8. PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

8.1. A Documentação requerida nos itens seguintes deverá ser apresentada em 1 (uma) via, para qualificação técnica.

8.2. Os documentos de PRÉ-QUALIFICAÇÃO deverão ser apresentados na língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou sobrescritos, com índice, paginadas, datadas e assinadas.

8.4. Os documentos relativos à Pré-Qualificação das proponentes deverão ser entregues à Av. Joaquim Pereira, nº 855, Bairro Centro, CEP: 62.340-000, Frecheirinha - CE, Ceará, dentro do horário de expediente ao público (08h00min às 12h00min), dirigidos ao **Agente de Contratação** ou protocolados presencialmente, ou enviados pelo e-mail licitacao@frecheirinha.ce.gov.br

8.5. Os documentos deverão conter os seguintes dizeres na parte externa do envelope caso seja enviado presencialmente:

**ENVELOPE ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
EDITAL Nº PRE002/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA
AV. JOAQUIM PEREIRA Nº 855, BAIRRO CENTRO, CEP: 62.340-000,
FRECHEIRINHA - CEARÁ**

8.6. Quando os envelopes forem encaminhados por via postal, o Proponente assume inteira responsabilidade pela ocorrência de atraso, desvio ou danificação dos mesmos. No caso de eventual recebimento de documentação fora do prazo estipulado neste Edital, os envelopes serão devolvidos devidamente fechados.

8.7. Os documentos enviados ou entregues no setor de licitação da prefeitura municipal deverão estar dentro do prazo de vigência da validade e poderão ser apresentados: a) em original; b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente; c) em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração; d) por publicação em órgão da imprensa oficial.

8.8. Caso seja enviado por e-mail, deverá conter no “assunto” o número do Procedimento de Qualificação referente.

9. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

9.0. Os proponentes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de qualificação, observando integralmente as exigências legais e regulamentares aplicáveis:

9.1. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Conforme as exigências contidas nos subitens **4.3.1** a **4.5.2** do Termo de Referência – Anexo.

9.2. DEMAIS EXIGÊNCIAS

I) ATO CONSTITUTIVO e suas alterações, ou consolidação, a fim de identificar a licitante;

II) CONSULTA CONSOLIDADA TCU para comprovação de inexistência de sanções;

III) Documento de Identificação do proprietário (pessoa com capacidade de praticar atos em nome da empresa) e Comprovação da Capacidade de Representação da Empresa.

10. DOS JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

10.1. A Documentação especificada neste Edital constitui parte integrante do processo de PRÉ-QUALIFICAÇÃO.

10.2. A análise da documentação apresentada para fins de Qualificação Técnica será realizada pelo Agente de Contratação e serão Pré-Qualificadas todas as proponentes que atenderem a todos os itens obrigatórios no Edital.

10.3. A documentação deverá definir claramente para quais lotes a Proponente está se candidatando.

10.4. Somente as empresas Pré-qualificadas poderão participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026** cujo objeto destina-se ao qual o presente procedimento auxiliar se refere, de acordo com as exigências e prazos definidos neste Edital.

10.5. A Proponente que deixar de apresentar a Documentação de qualificação técnica exigida no presente Edital será automaticamente inabilitada, não se admitindo, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para a complementação desses documentos.

11. DOS PRAZOS

11.1. A análise da documentação exigida acima será feita pelo agente de contratação ou comissão de contratação.

11.2. O exame dos documentos deverá ser feito no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo o agente ou a Agente de Contratação determinar correção ou reapresentação de documentos, quando for o caso, com vistas à ampliação da competição.

11.3. O certificado de **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** terá vigência de 01 (um) ano.

11.3.1. O prazo de validade da presente **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** não será superior ao prazo de validade dos documentos apresentados pelos interessados.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de publicação do resultado em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado.

12.2. A apreciação dar-se-á em fase única.

12.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. Os recursos deverão ser acompanhados de documentação comprobatória que demonstre a legitimidade e representatividade do representante legal que os assinou. Dessa forma, torna-se imprescindível que o proponente ou seu representante legal comprove sua capacidade postulatória para atuar em nome da empresa, sob pena de não conhecimento do recurso.

12.6. Os recursos poderão ser enviados na sede da Prefeitura, Av. Joaquim Pereira, nº 855, Bairro Centro, CEP: 62.340-000, Frecheirinha - CE, Ceará, CEP: 62.340-000, dentro do horário de expediente ao público (08h00min às 12h00min), dirigidos ao Agente de Contratação ou pelo e-mail: licitacao@frecheirinha.ce.gov.br.

12.7. Na ausência de normas disciplinadoras específicas neste edital, o agente de contratação ou o agente público competente poderá se utilizar dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657/1942, especialmente no que tange à interpretação e aplicação das normas administrativas.

13. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO:

13.1. Qualquer pessoa pode impugnar este edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei ou para pedir esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

13.1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Agente de Contratação ou Agente de Contratação, por meio eletrônico.

13.1.2. A impugnação deverá estar subscrita e acompanhada da documentação do impugnante, sendo CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, ou de CNPJ e ato constitutivo, se pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como da procuração e outros documentos que comprovem que o signatário possui poderes de representação, se o caso.

13.1.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

13.2. Caberá ao **Agente de Contratação**, auxiliado pelos responsáveis requisitantes pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Agente de Contratação**, nos autos do processo de licitação.

13.6. Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

13.7. Na ausência de normas disciplinadoras específicas neste edital, o agente de contratação ou o agente público competente poderá se utilizar dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657/1942, especialmente no que tange à interpretação e aplicação das normas administrativas.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O **Agente de Contratação ou comissão de contratação** rejeitará a documentação que seja apresentada em desacordo com as exigências do Edital.

14.2. A Prefeitura reserva-se o direito de revogar ou anular, cancelar ou transferir no todo ou em parte, a presente Pré-Qualificação, por conveniência administrativa ou por ilegalidade, sem que às proponentes caiba direito a reclamação ou pedido de indenização de qualquer espécie.

14.3. Reserva-se a Prefeitura o direito de, em qualquer fase desta **Pré-Qualificação**, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente neste procedimento.

14.4. A Proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e da documentação apresentada, podendo o Agente de Contratação inabilitá-la, caso seja constatada a ocorrência de imprecisão ou falsidade das informações e/ou da documentação apresentada.

14.5. Não será permitido a qualquer proponente solicitar a retirada de documentação após a sua entrega.

14.6. Os casos omissos serão decididos pela Agente de Contratação.

14.7. O resultado da Pré-Qualificação será divulgado, no Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP, no Sítio Eletrônico Oficial do Município e no Portal de Licitações do TCE-CE.

14.6. Os Licitantes interessados em participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº CE006/2026**, com o critério de **MENOR PREÇO**, deverão estar pré-qualificados.

14.7. Na ausência de normas disciplinadoras específicas neste edital, o agente de contratação ou o agente público competente poderá se utilizar dos princípios e diretrizes estabelecidos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) – Decreto-Lei nº 4.657/1942, especialmente no que tange à interpretação e aplicação das normas administrativas.

14.8. A ausência de impugnação ao edital presume-se como aceitação integral, por parte da proponente, de todas as condições e exigências estabelecidas no certame, configurando a **preclusão** do direito de questionamento posterior sobre cláusulas e critérios do edital.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

Frecheirinha - CE, 26 de março de 2026.

FLÁVIO MARCÍLIO SARAIVA DE ALMEIDA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO**1. UNIDADE(S) DEMANDANTES: SECRETARIA DE SAÚDE.**

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este termo de referência.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério **JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo modo de disputa **ABERTO**.

1.3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR ESTIMADO
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	01	R\$ 530.034,70

2.0. FUNDAMENTO LEGAL, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, bem como, no que couber, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), além das demais normas legais e regulamentares aplicáveis, do Edital e de seus anexos.

2.2. O objeto desta contratação consiste na execução de obra de engenharia para construção da **Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**, no Município de Frecheirinha/CE, não se enquadrando como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 002/2024. Trata-se de obra de edificação pública, cujas especificações técnicas, métodos construtivos, padrões de desempenho, requisitos de acessibilidade, segurança, funcionalidade e adequação às normas sanitárias encontram-se previamente definidos no Projeto Básico de Engenharia e nos demais documentos técnicos da fase de planejamento.

2.3. Considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e as disposições da Lei nº 14.133/2021, a licitação será realizada na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na **FORMA ELETRÔNICA**, por se tratar de obra de engenharia com escopo definido e compatível com essa modalidade.

2.4. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, adequado ao regime de execução indireta por empreitada por preço global, assegurando julgamento objetivo,

isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da economicidade e da transparência.

3.0. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, em anexo a este Termo.

3.1.1. O objeto da contratação está previsto nos instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Municipal, conforme estabelecido no **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024**.

3.2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

3.2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

3.3. NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇOS:

3.3.1. O objeto da presente demanda é classificado, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP, como **OBRA** ou **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, enquadrando-se, quanto à sua natureza, como **COMUM**, nos termos da legislação vigente e das características técnicas do objeto a ser contratado.

3.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA

3.4.1. A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado.

4.0. DOS DOCUMENTO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1. O licitante que apresentar a melhor proposta, durante a etapa competitiva, será convocado para apresentar os documentos de habilitação, em prazo a ser definido pelo pregoeiro no edital. Os documentos devem ser apresentados através de upload em campo próprio do sistema eletrônico no qual o certame é realizado. Serão exigidos para fins de habilitação da presente licitação, os seguintes documentos:

4.1.1. **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresário individual, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.2. **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

4.1.3. **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da

diretoria em exercício; devendo, no caso de a licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

4.1.4. **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. **REGISTRO NA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS**, no caso de cooperativa, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo ou estatuto social, nos termos dos arts. 15 a 21, da Lei nº 5.764/1971;
- b) Comprovação da composição dos órgãos de administração da cooperativa (diretoria e conselheiros), consoante art. 47, da Lei nº 5.764/1971;
- c) Ata de fundação da cooperativa;
- d) Ata de assembleia que aprovou o estatuto social;
- e) Regimento Interno com a Ata da assembleia que o aprovou;
- f) Regimento dos fundos constituídos pelos cooperados com a Ata da assembleia que os aprovou;
- g) Editais das 03 (três) últimas assembleias gerais extraordinárias.

4.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

4.2.1. **PROVA DE REGULARIDADE PARA COM AS FAZENDAS FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL** da sede ou filial da licitante, expedidos pelos órgãos abaixo relacionados e dentro dos seus períodos de validade, devendo os mesmos apresentar igualdade de CNPJ.

a. CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, OU EQUIVALENTE, EXPEDIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL E RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

b. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS ESTADUAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO ESTADO SEDE DA LICITANTE.

c. CERTIDÃO (DÕES) NEGATIVA (S) DE DÉBITOS MUNICIPAIS, OU EQUIVALENTE (S), EMITIDA (S) DE ACORDO COM AS REGRAS DE EMISSÃO DO MUNICÍPIO SEDE DA LICITANTE.

4.2.2. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO (CRS) OU EQUIVALENTE, perante o Gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), da jurisdição da sede ou filial da licitante, devendo o mesmo ter igualdade de CNPJ com os demais documentos apresentados na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

4.2.3. No caso de cooperativa, a mesma está dispensada da apresentação dos documentos relativos ao FGTS dos cooperados. Para efeito desta dispensa, deverá apresentar o seguinte:

a. DECLARAÇÃO constando que, caso vencedor da licitação, o objeto será prestado, produzido ou comercializado por ela própria através de seus cooperados.

b. ATA DA SESSÃO em que os cooperados autorizaram a cooperativa a participar da licitação e executar o contrato caso seja vencedora.

c. RELAÇÃO DOS COOPERADOS que prestarão, produzirão ou comercializarão o objeto da licitação discriminado, comprovando através de documento a data de ingresso de cada um deles na cooperativa.

Caso a cooperativa tenha empregados em seus quadros, esta deverá juntar os documentos comprobatórios de recolhimento do FGTS relativo a eles.

4.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

4.3.1.1. A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados, devidamente atualizada e válida na data de apresentação da documentação, comprovando estar apta ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto desta licitação, nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 12.378/2010 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a) Caso a empresa ou o(s) responsável(is) técnico(s) não possuam registro na jurisdição do Estado do Ceará, deverão providenciar, por ocasião da assinatura do contrato, o respectivo visto ou registro complementar, conforme as normas e resoluções do conselho profissional competente.

4.3.1.2. Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	598,98	299,49	50,00%
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%	M2	168,71	84,355	50,00%

a.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

a.2) Será aceito o **somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE**, desde que estes, no conjunto, comprovem a **execução dos serviços especificados** no subitem anterior (5.3.1.2.), **em quantidade mínima de 50% dos quantitativos do objeto** deste edital ou, se for o caso, da quantidade especificada para o serviço na planilha orçamentária de referência.

a.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas ou itens de maior relevância e valor significativo aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado do orçamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021, vedada a eleição de parcelas de relevância com valor inferior a esse limite.

a.4) Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente a serviços de fiscalização, supervisão, gerenciamento, assessoria técnica ou elaboração de projetos, devendo os documentos comprovarem a execução direta dos serviços. O documento deverá conter, no mínimo:

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- identificação do contratante; e
- manifestação quanto à satisfação dos serviços, quando possível.

4.3.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

4.3.2.1. Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, através da prova da Licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior, sendo **Engenheiro Civil e/ou Arquiteto**, legalmente habilitado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) ao objeto ora Licitado, com características semelhantes ao objeto deste Edital, cuja **as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviços** como sendo as correspondentes aos itens:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%

4.3.2.1.1. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) figurar como responsável(is) técnico(s) pela execução, acompanhamento e controle da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, assegurando o atendimento às normas técnicas aplicáveis, às exigências de segurança do trabalho, acessibilidade, desempenho e demais requisitos técnicos pertinentes às edificações públicas destinadas ao atendimento de urgência e emergência em saúde.

4.3.2.1.2. A comprovação do vínculo com o quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante apresentação de documentação hábil, conforme a situação do profissional: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de trabalho ou,

ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional. (Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário | Relator: Ministro Vital do Rêgo).

4.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da jurisdição competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos pelo conselho profissional correspondente.

4.3.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica**, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, informando, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;
- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

4.3.3.1. A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

4.3.3.2. As assinaturas deverão ser apostas de forma **manual ou eletrônica**, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão **ICP-Brasil**, sendo aceitos apenas documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visando assegurar o **vínculo efetivo, a disponibilidade e a responsabilidade técnica** do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente para a execução das **parcelas de maior relevância técnica** previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida **necessária, adequada e proporcional**, destinada a garantir a capacitação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia**, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Observação nº 01: Os documentos apresentados deverão conter marcações visuais (grifo, sublinhado ou destaque) nos trechos que comprovem o atendimento aos requisitos de qualificação, tais como: descrição dos serviços, período de execução, contratante e vínculo com o profissional indicado, assegurando clareza, objetividade e celeridade na análise, conforme os princípios da legalidade, eficiência e julgamento objetivo.

Observação nº 02: É vedada a participação do mesmo profissional como responsável técnico vinculado a mais de uma licitante no certame, sob pena de inabilitação das empresas envolvidas, em observância aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

4.5. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

4.5.1. A licitante deverá apresentar declaração de responsabilidade técnica, contendo a identificação completa dos profissionais indicados como responsáveis técnicos pela execução da obra ou dos serviços de engenharia, com nome completo, CPF, número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU), especialidade ou área de atuação e a função técnica que será exercida no âmbito do contrato.

A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar de forma exclusiva e dedicada na execução do objeto licitado, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa proponente, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

4.5.2. As assinaturas deverão ser apostas manualmente ou mediante certificação digital no padrão ICP-Brasil, admitindo-se apenas documentos originais ou cópias autenticadas. A exigência dessa declaração fundamenta-se no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, e tem por finalidade assegurar o vínculo efetivo e a disponibilidade do profissional responsável técnico indicado, especialmente para a execução das parcelas de maior relevância do objeto, conforme estabelecido no Projeto Básico. Trata-se de medida necessária à garantia da capacitação técnica da licitante e à segurança na execução do futuro contrato, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, julgamento objetivo e isonomia.

4.6. REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.6.1. Apresentação de Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, no caso de pessoa física, Certidão Negativa de Execução Patrimonial, emitida no domicílio do proponente, conforme disposto na legislação aplicável.

4.6.2. No caso de cooperativas, estará dispensada a exigência constante do subitem acima.

4.6.3. Apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis relativas aos dois (02) últimos exercícios sociais.

4.6.4. O julgamento da capacidade econômico-financeira será feito separadamente para cada exercício, de forma independente, com base no Balanço Patrimonial de cada ano.

4.6.5. Caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de dois (02) anos, os documentos mencionados no item 4.4.3. serão limitados ao último exercício encerrado, sendo admitido o balanço de abertura, conforme o caso.

4.6.6. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, deverão estar:

Registrados na Junta Comercial competente (ou em cartório, conforme o tipo societário);
Assinados por contador legalmente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC);
Assinados pelo titular ou representante legal da empresa;
Vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, salvo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três (03) meses da data de apresentação da proposta.

4.6.7. Serão aceitos o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis transmitidas via SPED (Escrituração Contábil Digital), desde que acompanhadas do recibo oficial de entrega, observadas as Instruções Normativas da Receita Federal vigentes.

4.6.8. Para sociedades por ações, será exigida a apresentação do Balanço Patrimonial publicado em jornal de grande circulação da localidade onde está situada a sede da companhia, acompanhado de seu respectivo registro na Junta Comercial.

4.6.9. As empresas deverão observar, conforme o seu porte e regime jurídico, as disposições constantes nos arts. 289, 294, 294-A e 294-B da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

4.6.10. Para empresas recém-constituídas (com menos de 01 ano de atividade), deverá ser apresentado o Balanço de Abertura, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial, constando o número do Livro Diário e das folhas em que o balanço está transcrito, ou com a devida autenticação pela Junta. O documento deverá estar assinado por contador habilitado no CRC e pelo representante legal da empresa.

4.6.11. No caso de sociedades simples, o Balanço Patrimonial deverá estar inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com a assinatura do contador habilitado e do representante legal da instituição, e deverá atender aos índices financeiros mínimos definidos neste instrumento convocatório.

4.6.12. Quando a empresa apresentar Índice de Liquidez Geral (LG) inferior a 1,0 (um), será exigida a comprovação de Patrimônio Líquido Mínimo ou Capital Mínimo correspondente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio do Balanço Patrimonial, como forma de compensação da capacidade econômico-financeira.

4.6.13. A comprovação da boa situação financeira da licitante deverá ser feita mediante documento assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da empresa, comprovando que a mesma apresenta Índice de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,0 (um), calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{LG} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

Onde:

AC: Ativo Circulante;

ARLP: Ativo Realizável a Longo Prazo; PC: Passivo Circulante;

PELP: Passivo Exigível a Longo Prazo

5.0. OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

5.1. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Nº. 9.854/99, e ao inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

5.2. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018.

5.3. As declarações acima deverão, obrigatoriamente, vir com firma reconhecida do emitente ou assinatura eletrônica, nos termos permitidos pela legislação vigente aplicável a matéria, a fim de garantir a veracidade das informações e imprimir uma maior celeridade ao certame.

6.0. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

6.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório. Dessa forma, resta atendida a exigência de compatibilidade orçamentária, assegurando-se a viabilidade financeira da contratação e a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da responsabilidade fiscal, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

Dotação Orçamentária: 1102.10.302.0068.1.022 – Construção e Melhoria de Unidades Hospitalares e de Pronto Atendimento;

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

Fonte de Recurso: 1500100200 – Receita de Imposto e Transf – Saúde.

7.0. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigido garantia contratual.

7.2.1. Será exigido o recolhimento referente a 1% (um por cento) do estimado para contratação a título de garantia de proposta, devendo ser encaminhada no ato do cadastramento da proposta eletrônica, EXCLUSIVAMENTE em campos próprios do sistema eletrônico.

7.2.2. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data que for declarada fracassada a licitação.

7.2.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

7.2.4. A garantia de proposta será apresentada nas seguintes modalidades:

a) CALÇÃO EM DINHEIRO: Deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica do banco do Brasil, **Agência 5663-4, Conta: 7326-1**, com correção monetária;

b) TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA: Deverá ser emitido sob a forma escritural mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco do Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo ministério da economia;

c) SEGURO GARANTIA: Deverá ter validade durante a vigência da proposta e por mais 60 (Sessenta) dias, após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo banco do Brasil.

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil;

e) TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO: Deverá ser custeado em pagamento único, com resgate pelo valor total.

7.2.5. A não apresentação da garantia ensejará a imediata desclassificação da proposta da proponente;

8.0. PRAZO, FORMA DE EXECUÇÃO E MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. O prazo para iniciar a execução dos serviços será de até 05 (Cinco) dias, contados da Ordem de Serviços.

8.14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.14.1. A fiscalização da presente contratação será designada através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município – D.O.M, designando servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme **DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

9.0. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente** pela fiscalização designada, no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis** contados da comunicação formal da conclusão dos serviços pela contratada, mediante a lavratura de **termo circunstanciado de recebimento provisório**, no qual será verificado o cumprimento das especificações técnicas, da qualidade dos materiais empregados e das condições contratuais estabelecidas, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 14.133/2021. O recebimento provisório será condicionado à análise detalhada dos serviços executados, podendo a fiscalização determinar, caso necessário, a correção de eventuais vícios, falhas ou desconformidades detectadas, antes da emissão do termo de recebimento definitivo.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos **DEFINITIVAMENTE** no prazo de até 10 (Dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou o documento de cobrança equivalente, devidamente atestados pela fiscalização quanto à regularidade dos serviços prestados, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis** para a sua liquidação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável por igual período mediante justificativa expressa e devidamente motivada da Administração Pública. A liquidação da despesa compreenderá a verificação da correta execução dos serviços, do cumprimento das condições contratuais, e da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, conforme exigências previstas no edital e no contrato.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021](#).

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada [no subitem 11.4 do edital](#).

[9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a\) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b\) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.](#)

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123/2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

10.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (Quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, podendo ser prorrogado pela administração, desde que haja justificativa clara e pertinente.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução da obra, observando, ainda, as disposições a seguir:

11.1.1. Executar a obra em conformidade com o Projeto Básico de Engenharia, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro aprovados;

11.1.2. Designar responsável técnico legalmente habilitado, com registro no CREA/CAU, garantindo o acompanhamento permanente da execução da obra, com a devida emissão de ART/RRT;

11.1.3. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, assegurando conformidade com as normas técnicas da ABNT, SEINFRA/CE e demais legislações aplicáveis;

11.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem vícios, defeitos ou incorreções;

11.1.5. Cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro, mobilizando equipe técnica, equipamentos, insumos e logística necessários à execução contínua da obra;

11.1.6. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou fato que possa comprometer a execução da obra;

11.1.7. Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados;

11.1.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade por sua inadimplência;

11.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.10. Adotar integralmente as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança do trabalho, fornecendo EPIs e EPCs, bem como garantindo condições seguras no canteiro de obras;

11.1.11. Promover a adequada sinalização e isolamento da área da obra, prevenindo riscos a terceiros e garantindo a segurança de trabalhadores e usuários do entorno;

11.1.12. Realizar a gestão e destinação adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

11.1.13. Arcar com todos os custos de mobilização, desmobilização, transporte, equipamentos, materiais e mão de obra necessários à execução da obra;

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato, observando a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quando aplicável;

11.1.15. Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nem de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.16. Manter organização, limpeza e condições adequadas no canteiro de obras durante toda a execução;

11.1.17. Providenciar a substituição de qualquer profissional cuja conduta seja considerada inadequada pela fiscalização;

11.1.18. Apresentar, para fins de medição e pagamento, toda a documentação comprobatória da execução dos serviços, incluindo relatórios, registros fotográficos e demais evidências exigidas;

11.1.19. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução da obra, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização;

11.1.20. Arcar com eventuais erros no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis, salvo nas hipóteses legais de reequilíbrio econômico-financeiro previstas na Lei nº 14.133/2021;

11.1.21. Cumprir integralmente as disposições constantes na Minuta do Contrato e demais instrumentos que compõem a contratação.

12.0. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação da sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I – Advertência

II – Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma

prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - De 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.3.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

b) não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) der causa à inexecução total do contrato;

b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§ 2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§ 3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§ 4º Na aplicação da sanção prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato

impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§ 6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§ 9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste **TERMO DE REFERÊNCIA**.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas prevista no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.11. As informações relativas aos prazos e procedimentos administrativos observarão, prioritariamente, o disposto no **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Frecheirinha/CE. Em caso de divergência entre as disposições gerais da legislação federal e as normas específicas estabelecidas no referido **DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025**, prevalecerão as disposições do Decreto Municipal, no que couber, conforme sua competência regulamentar e no exercício da autonomia administrativa municipal.

13.0. DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS

13.1. O prazo de execução dos serviços será aquele previsto no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** elaborado pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Frecheirinha/CE, constante do Projeto Básico que instruirá cada requisição formalizada por meio da respectiva Ordem de Serviço, conforme a natureza, complexidade e volume das atividades demandadas.

13.2. O cronograma físico-financeiro indicará o prazo específico para a execução dos serviços, sendo este parte integrante da Ordem de Serviço e devendo ser rigorosamente observado pela contratada, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

13.3. A execução dos serviços deverá ocorrer nas dependências da Secretaria demandante ou nos locais por ela designados, abrangendo as sedes administrativas, unidades públicas, logradouros ou demais equipamentos públicos sob responsabilidade da Administração, nos seguintes horários: das 08h00min às 11h30min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a

sexta-feira, salvo hipóteses de execução extraordinária, em regime de plantão ou de urgência, devidamente autorizadas pela Contratante.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRORROGAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. A vigência contratual corresponderá ao prazo estabelecido no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA**, acrescido do tempo necessário para a realização dos procedimentos de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e **DEFINITIVO** do objeto, conforme dispõem a Lei nº 14.133/2021. O contrato abrangerá todas as etapas de execução, verificação e aceitação da obra, encerrando-se apenas após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, mediante a comprovação de que o objeto foi executado em conformidade com o projeto básico, as normas técnicas e as condições contratuais.

14.1.1. Por se tratar de **CONTRATO POR ESCOPO**, eventual necessidade de prorrogação dos prazos de execução ou de vigência poderá ocorrer de forma automática, limitada ao tempo estritamente necessário à conclusão do objeto, independentemente de nova pactuação do escopo, desde que devidamente justificada e formalizada nos autos. Tal prorrogação poderá ser registrada por apostila, quando não implicar alteração das cláusulas essenciais do contrato, ou por termo aditivo, quando exigido pela natureza do ajuste, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

15.0. DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA E DA COTA RESERVADA

15.1. É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência do Município **CONTRATANTE**, cujo montante a ser subcontratado poderá totalizar até **30% (trinta por cento)** do valor total contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da **CONTRATADA** perante o Município.

15.2. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, c/c o Decreto Municipal nº 002/2024, de 02 de janeiro de 2024, a licitante vencedora **DEVERÁ** subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, **5% (cinco por cento)** e, no máximo, **15% (quinze por cento)** do valor do objeto contratado.

15.3. O licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(is) mencionada(s) no item 15.2, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e os respectivos valores.

15.4. Do percentual de que trata o item 15.1 será deduzido o percentual de subcontratação compulsória de que trata o item 15.2.

15.5. A **CONTRATADA** ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização a cargo do **CONTRATANTE**, permanecendo responsável pelo adimplemento integral do contrato.

15.6. Assinado o contrato, serão emitidas as respectivas **Notas de Empenho** em favor da **CONTRATADA** e, no caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s) compulsoriamente, também empenho direto em favor dessa(s).

15.7. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade perante a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s), em relação ao efetivo de pessoal empregado na execução do objeto.

15.8. A **CONTRATADA** deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrada a inviabilidade da substituição.

15.9. A extinção da subcontratação referida no item anterior deverá ser devidamente justificada e comunicada à Administração no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.

15.10. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao **CONTRATANTE**, de forma justificada, a suspensão ou glosa de pagamentos.

15.11. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante vencedor for entidade preferencial.

15.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica quando aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, bem como quando se tratar de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.0. DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

16.1. Os serviços prestados pela **CONTRATADA** deverão observar estritamente as normas técnicas de proteção ambiental, promovendo o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, atendendo às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **CONTRATANTE**.

16.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e mitigação de impactos ambientais pautar-se-ão nos seguintes pressupostos e exigências, a serem observados pela **CONTRATADA**:

I. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

II. substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

III. racionalização e economia no consumo de energia, especialmente elétrica, e de água, com o repasse aos seus empregados de orientações voltadas à redução desses consumos;

IV. reciclagem e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

V. descarte adequado de materiais tóxicos, tais como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, mediante apresentação à **CONTRATANTE** de comprovação do descarte realizado de forma ambientalmente correta;

VI. utilização de materiais que atendam à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados aos produtos empregados;

VII. execução dos serviços de modo a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais existentes no local de realização, tais como flora, fauna e recursos hídricos.

16.3. A qualquer tempo, a **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA** a apresentação da relação de marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo exigir a substituição de quaisquer itens por outros de mesma finalidade, considerados mais adequados sob o ponto de vista ambiental.

16.4. A **CONTRATADA** deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como quanto às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela **CONTRATANTE**, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Administração.

16.5. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, bem como resíduos de óleos e graxas, deverão ser devidamente separados para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

16.6. A **CONTRATADA** deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos para o descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias que contenham em sua composição chumbo, mercúrio e seus compostos, providenciando sua destinação aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

16.7. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e aos frascos de aerossóis em geral, os quais, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

16.8. A **CONTRATADA** deverá estabelecer, em comum acordo com a **CONTRATANTE**, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e à melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.

16.9. A **CONTRATADA** deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando a legislação ambiental pertinente, de modo a prevenir danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços.

16.10. A **CONTRATADA** deverá observar o disposto na **Resolução CONAMA nº 401/2008**, especialmente no que se refere à aquisição de pilhas e baterias destinadas aos equipamentos, bens e materiais sob sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, tais como chumbo, cádmio e mercúrio.

17.0. TIPO DE LICITAÇÃO, PRÉ-QUALIFICAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

17.1. O procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para a execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE, será realizado na modalidade CONCORRÊNCIA, na FORMA ELETRÔNICA, precedida de etapa de PRÉ-QUALIFICAÇÃO, adotando-se como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL, compatível com o regime de execução indireta por empreitada por preço global, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar, no Projeto Básico de Engenharia e neste Termo de Referência.

17.2. A escolha da modalidade, da etapa de pré-qualificação e do critério de julgamento observa a natureza do objeto, que consiste em obra de engenharia de edificação pública com escopo previamente definido, serviços padronizados, quantitativos estimados e metodologia construtiva conhecida, permitindo a seleção prévia de empresas tecnicamente aptas e a posterior comparação objetiva, isonômica e transparente das propostas apresentadas pelos licitantes.

17.3. O julgamento das propostas será realizado com base no valor global ofertado para a execução integral da obra, devendo as propostas atender integralmente às especificações técnicas, aos quantitativos, às condições de execução e aos requisitos de habilitação definidos na fase de pré-qualificação, conforme estabelecido no Projeto Básico de Engenharia, neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos.

17.4. O procedimento adotará o modo de disputa aberto, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, possibilitando a apresentação de lances públicos e sucessivos, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

17.5. Os casos omissos ou as dúvidas surgidas durante o procedimento licitatório, inclusive na fase de pré-qualificação, ou na execução contratual, serão dirimidos pela Administração Pública Municipal, observando-se, obrigatoriamente:

I – as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

II – o Decreto Municipal nº 002/2024 e demais normativos municipais aplicáveis;

III – as cláusulas do edital, do contrato e de seus anexos; e

IV – os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, isonomia, transparência e julgamento objetivo.

17.6. Na hipótese de conflito ou divergência entre as disposições deste Termo de Referência, do edital e dos demais instrumentos que integram o processo licitatório, prevalecerá a interpretação que melhor atenda ao interesse público, à finalidade da contratação e à adequada execução da obra, sem prejuízo da observância da legislação vigente.

APÊNDICE I AO TERMO DE REFERÊNCIA – ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR)

APÊNDICE I AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP.

1. DA INTRODUÇÃO E DO OBJETO SUGERIDO NO DFD

NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1003.001/2026

ÁREA DEMANDANTE: Diretor(a) Administrativo do Hospital Municipal.

1.1. O presente documento constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação, em conformidade com o disposto no art. 18 e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, e apresenta os estudos técnicos preliminares necessários para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada a seguir. O objetivo principal do estudo técnico preliminar é analisar, de forma detalhada, a necessidade a ser suprida, avaliar as alternativas disponíveis no mercado e identificar a solução mais eficiente, econômica e vantajosa para a Administração Pública.

1.2. O presente estudo visa subsidiar a tomada de decisão e demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação, considerando ainda os riscos envolvidos, os resultados esperados e os impactos decorrentes da contratação. Tais elementos são essenciais para a elaboração adequada do **TERMO DE REFERÊNCIA** e para a garantia da eficiência do processo licitatório.

1.3. DO OBJETO SUGERIDO NO DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA-DFD:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.

2. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1. As disposições legais que nortearão este documento serão detalhadas na fundamentação legal a seguir e orientarão a aplicação das seguintes premissas:

a) Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) DECRETO MUNICIPAL Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal;

c) DECRETO MUNICIPAL Nº 67/2025, DE 10 DE ABRIL DE 2025, que DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, AOS LICITANTES E CONTRATADOS PELAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS PRATICADAS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA;

d) Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e suas alterações;

e) Lei 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

f) Lei nº 4.320/1964, quanto às normas de direito financeiro relacionadas à execução orçamentária e controle da despesa pública;

g) Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), impondo limites, condicionantes e regras de responsabilidade na gestão fiscal;

h) Normas técnicas da ABNT, do CONFEA/CREA e do CAU, aplicáveis às obras e serviços de engenharia, assegurando observância de padrões técnicos, de qualidade e de segurança;

i) Lei nº 5.194/1966 – regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrônomo;

j) Lei nº 12.378/2010 – regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo (CAU);

k) Resoluções do CONFEA/CREA e do CAU – definem atribuições técnicas e exigem ART/RRT;

l) Lei nº 8.078, de 1990 – Código de defesa do Consumidor;

m) Demais legislação aplicável ao objeto.

3. DA(S) UNIDADE ADMINISTRATIVA(S) DEMANDANTE(S) E DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DESIGNADA:

3.1. SECRETARIA DE SAÚDE;

3.2. A equipe de planejamento responsável pela presente contratação é composta pelos seguintes agentes públicos, designados conforme portaria anexada aos autos do processo: **Sr. Pedro Tiago Ximenes da Silva**, matrícula nº 61419; **Sr. Antônio Maicon Serafim da Silva**, matrícula nº 61519 e a engenheira Civil, Sra. **Maria Karoline dos Reis Melo Aguiar** inscrito no CREA/CE nº 353074CE (Integrante Técnico Responsável Pela Contratação).

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (art.6º, INC. I do anexo II do decreto municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

A presente demanda decorre da necessidade de implantação de infraestrutura física adequada para o funcionamento da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192 no Município de Frecheirinha/CE, tendo em vista que o Município foi oficialmente contemplado com a implantação do referido serviço, com previsão de início de funcionamento no exercício de 2026.

A implantação da base do SAMU representa um avanço significativo na rede municipal de saúde, na medida em que viabiliza a disponibilização de equipe especializada em regime de funcionamento ininterrupto (24 horas), com capacidade de atuação imediata em situações de urgência e emergência, contribuindo diretamente para a redução do tempo-resposta e para o aumento da capacidade de salvamento de vidas.

Todavia, verifica-se que o Município de Frecheirinha/CE não dispõe, até o momento, de edificação própria, adequada e compatível com as exigências técnicas e operacionais necessárias ao pleno funcionamento da Base do SAMU, inexistindo estrutura que contemple ambientes destinados à permanência das equipes, abrigo de ambulâncias, áreas administrativas, almoxarifado e demais espaços de apoio indispensáveis à execução do serviço.

A ausência de infraestrutura adequada compromete a efetiva implantação do serviço já contemplado ao Município, inviabilizando sua operacionalização dentro dos padrões exigidos

pelo Ministério da Saúde e prejudicando a eficiência, a segurança e a continuidade do atendimento à população.

Atualmente, a inexistência de espaço próprio pode ensejar a utilização de estruturas improvisadas ou inadequadas, o que compromete a logística operacional, reduz a eficiência do serviço, dificulta a organização das equipes e pode impactar negativamente o tempo de resposta aos atendimentos de urgência, em prejuízo direto à população.

Nesse contexto, a construção da Base do SAMU configura-se como medida indispensável para viabilizar a implementação efetiva do serviço no Município, assegurando condições adequadas de funcionamento, melhorando a organização da rede de atenção às urgências e garantindo maior eficiência, agilidade e qualidade na prestação dos serviços de saúde pública.

Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura operacional nem de corpo técnico próprio suficiente para executar diretamente obra dessa natureza e complexidade, tornando necessária a contratação de empresa especializada em engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, de modo a assegurar a execução do empreendimento com observância aos padrões técnicos, de qualidade, segurança, acessibilidade e sustentabilidade.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se imprescindível para garantir a efetiva implantação de política pública já viabilizada ao Município, assegurando o pleno funcionamento do serviço de atendimento móvel de urgência, a proteção da vida, a redução de riscos à saúde da população e a promoção do interesse público de forma eficiente, contínua e adequada.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO (Art.6º, Inc. II do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

5.1. A definição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução para a contratação de empresa especializada em engenharia para a execução das obras de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, no Município de Frecheirinha/CE, foi estabelecida com fundamento em critérios técnicos, legais, normativos e de vantajosidade econômica, considerando as especificidades da infraestrutura necessária ao funcionamento do serviço, bem como as diretrizes do Ministério da Saúde e as normas aplicáveis à execução de obras públicas.

A solução deverá contemplar edificação com características arquitetônicas, estruturais, funcionais e operacionais compatíveis com a finalidade do equipamento público, incluindo ambientes destinados à permanência das equipes de atendimento, área de estacionamento e abrigo de ambulâncias, setores administrativos, almoxarifado, áreas de apoio e demais espaços indispensáveis ao adequado funcionamento da base do SAMU, observando, ainda, as disposições constantes do Projeto Básico de Engenharia.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes requisitos:

a) Execução conforme planejamento técnico previamente definido:

Execução da obra em conformidade com o planejamento técnico previamente definido no Projeto Básico de Engenharia da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, observando-se os projetos arquitetônicos, estruturais, elétricos, hidrossanitários e demais complementares, bem como as especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro aprovados, garantindo a compatibilidade da edificação com as exigências operacionais do serviço.

A execução deverá ocorrer mediante adequada mobilização de frentes de serviço, cumprimento das ordens de início emitidas pela Administração e observância às diretrizes técnicas aplicáveis às

unidades de saúde, de forma a possibilitar o efetivo controle da execução, o acompanhamento físico-financeiro e a compatibilidade com o planejamento orçamentário do Município de Frecheirinha/CE, assegurando a entrega de infraestrutura apta ao pleno funcionamento da Base do SAMU.

b) Base referencial de preços e metodologia orçamentária:

Utilização de base referencial oficial de preços para obras públicas, adotando-se a Tabela de Composições de Custos da **SEINFRA/CE – versão 28.1, com desoneração**, complementada, quando necessário, por composições do **SINAPI (2026/01)** e composições próprias devidamente justificadas, conforme demonstrado nas planilhas orçamentárias e memoriais de cálculo integrantes do Projeto Básico de Engenharia.

O orçamento da obra foi elaborado com base em metodologia de composição de custos unitários, acrescido de **BDI de 29,76% (vinte e nove vírgula setenta e seis por cento)**, conforme detalhamento da composição constante no projeto, contemplando custos indiretos, tributos, riscos, despesas financeiras e margem de lucro, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União – TCU e demais normativos aplicáveis.

Tal metodologia assegura a adequada formação do preço de referência da contratação, garantindo padronização técnica, transparência, rastreabilidade dos custos e compatibilidade com os parâmetros exigidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à utilização de sistemas referenciais oficiais para obras e serviços de engenharia.

c) Critérios objetivos de julgamento das propostas:

Adoção de critérios objetivos de julgamento das propostas, com base nos quantitativos e valores unitários definidos na planilha orçamentária de referência, permitindo a aplicação do critério de julgamento previamente estabelecido no instrumento convocatório, de modo a assegurar economicidade, competitividade, isonomia entre os licitantes e julgamento objetivo, em conformidade com o art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

d) Abrangência dos serviços a serem executados:

A contratação deverá abranger a execução integral dos serviços previstos no Projeto Básico de Engenharia da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, no Município de Frecheirinha/CE, incluindo, entre outros, os seguintes:

- serviços preliminares, mobilização de canteiro e preparação do terreno;
- execução de fundações e superestrutura em concreto armado;
- execução de alvenarias, painéis, divisórias e elementos estruturais;
- execução de cobertura, revestimentos, pisos e acabamentos;
- fornecimento e instalação de esquadrias;
- execução das instalações elétricas prediais, em baixa tensão, incluindo quadros de distribuição e sistemas de iluminação e tomadas;
- execução das instalações hidrossanitárias, incluindo sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem;
- execução de ambientes específicos da unidade, tais como áreas de apoio às equipes, dormitórios, banheiros, copa/cozinha, sala administrativa, área de guarda de materiais e abrigo para ambulâncias, conforme definido no projeto;
- serviços de pintura, limpeza final da obra e entrega em condições de pleno funcionamento;
- administração local da obra, gerenciamento, controle tecnológico e apoio técnico à execução dos serviços.

A abrangência dos serviços evidencia a necessidade de contratação de empresa especializada em obras de edificações públicas na área da saúde, com experiência comprovada, estrutura operacional compatível e equipe técnica qualificada, apta a executar o objeto com observância aos padrões técnicos, sanitários, de qualidade, segurança e funcionalidade exigidos para o adequado funcionamento da Base do SAMU.

e) Capacidade técnico-operacional da empresa:

Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância

e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	598,98	299,49	50,00%
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%	M2	168,71	84,355	50,00%

e.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

e.2) Será aceito o somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE, desde que estes, no conjunto, comprovem a execução dos serviços especificados, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos serviços considerados como parcelas de maior relevância técnica.

e.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo aquelas cujo valor individual represente, no mínimo, **4% (quatro por cento)** do valor total estimado da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021.

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, no mínimo:

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;
- identificação do emitente;
- local da execução;
- e, preferencialmente, manifestação quanto à qualidade dos serviços executados.

Justificativa da exigência técnico-operacional:

A exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional encontra amparo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo instrumento essencial de gestão de riscos, destinado a assegurar que a futura contratada possua experiência comprovada na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

No presente caso, considerando as características da obra de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, foram definidas como parcelas de maior relevância técnica aquelas relacionadas aos serviços de revestimento e cobertura, por constituírem etapas fundamentais para o desempenho, durabilidade, proteção e funcionalidade da edificação.

Tais serviços demandam conhecimento técnico específico, domínio de técnicas construtivas e adequada execução, sendo indispensáveis para garantir a qualidade final da obra, a segurança estrutural e o adequado funcionamento da unidade, que será destinada ao atendimento de urgência e emergência em saúde.

A exigência é compatível com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que admite a definição de parcelas relevantes e o somatório de atestados, desde que mantida a proporcionalidade e a competitividade do certame.

Dessa forma, a presente exigência revela-se necessária, adequada e proporcional, assegurando a seleção de empresa tecnicamente capacitada para a execução do objeto, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, segurança jurídica e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

f) Capacidade técnico-profissional:

Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, mediante a demonstração de que a licitante possui, na data prevista para a licitação, profissional(is) de nível superior, devidamente habilitado(s), sendo **Engenheiro Civil e/ou Arquiteto**, legalmente registrados e em situação regular junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou ao Conselho de Arquitetura e

Urbanismo – CAU.

O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) ser detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT** ou **Registro de Responsabilidade Técnica – RRT**, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, relativos à construção de edificações, para órgãos ou entidades da Administração Pública ou para empresas privadas (CNPJ distinto da licitante).

Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, serão consideradas como parcelas de maior relevância técnica aquelas correspondentes aos seguintes serviços:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%

A licitante deverá comprovar que o(s) profissional(is) indicado(s) possui(em) vínculo formal com a empresa, podendo este ser demonstrado por meio de contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou outro meio juridicamente admitido, nos termos da legislação vigente.

Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que os documentos sejam idôneos e, em conjunto, comprovem a experiência do(s) profissional(is) nas parcelas de maior relevância técnica acima descritas.

Justificativa da exigência técnico-profissional:

A exigência de comprovação da capacidade técnico-profissional encontra respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo medida necessária para assegurar que a futura contratada disponha de profissional habilitado e com experiência comprovada na execução de obras de engenharia compatíveis com o objeto da contratação.

No presente caso, considerando as características da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, foram definidas como parcelas de maior relevância técnica aquelas relacionadas aos serviços de revestimento e cobertura, por constituírem etapas essenciais para o desempenho, proteção, durabilidade e funcionalidade da edificação.

A adequada execução desses serviços impacta diretamente na qualidade final da obra, nas condições de uso da unidade e na sua capacidade de atender às exigências operacionais de um equipamento público voltado ao atendimento de urgência e emergência em saúde.

A exigência de CAT ou RRT compatível assegura que o(s) profissional(is) responsável(is) possua(m) experiência devidamente registrada em conselho profissional competente, garantindo responsabilidade técnica, rastreabilidade do acervo e maior segurança na execução contratual.

Dessa forma, a exigência revela-se necessária, adequada e proporcional, equilibrando a ampla competitividade do certame com a seleção de profissionais tecnicamente qualificados, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, proporcionalidade e segurança jurídica, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

g) Observância de normas técnicas e de segurança:

A execução da obra deverá observar, obrigatoriamente, as normas técnicas expedidas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, especialmente aquelas aplicáveis à construção civil, instalações prediais e acessibilidade, bem como as **Normas Regulamentadoras – NR's do Ministério do Trabalho e Emprego**, no que se refere à saúde e segurança do trabalho na construção civil.

Deverão ser observadas, ainda, as orientações técnicas da **SEINFRA/CE**, as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS aplicáveis às unidades de apoio operacional, bem como demais legislações pertinentes às obras públicas e às edificações destinadas ao atendimento de urgência e emergência. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes, à proteção dos trabalhadores e de terceiros, à adequada sinalização do canteiro de obras e à preservação do patrimônio público, garantindo condições seguras durante toda a execução dos serviços e a entrega da edificação em conformidade com os padrões técnicos, sanitários e de segurança exigidos para o funcionamento da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

h) Inaplicabilidade do Sistema de Registro de Preços (SRP):

Não se aplica o Sistema de Registro de Preços à presente contratação, tendo em vista que se trata de **obra pública de engenharia com objeto certo e determinado**, cujo escopo encontra-se integralmente definido no Projeto Básico de Engenharia, com quantitativos previamente estabelecidos, cronograma físico-financeiro definido e execução vinculada a medições de serviços efetivamente realizados.

A natureza do objeto não se enquadra nas hipóteses de contratações futuras e eventuais, tampouco de demandas repetitivas ou de fornecimento parcelado, características inerentes ao Sistema de Registro de Preços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a adoção do SRP mostra-se inadequada para a presente contratação, devendo a execução ocorrer por meio de contratação específica, com início, meio e fim definidos, assegurando maior controle da execução, previsibilidade orçamentária e adequada fiscalização da obra.

i) Capacidade logística e operacional:

A contratada deverá comprovar possuir capacidade logística e operacional compatível com a execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, incluindo estrutura física adequada, equipe técnica e operacional suficiente, disponibilidade de máquinas, equipamentos e ferramentas compatíveis com as etapas construtivas, bem como meios de transporte necessários à mobilização de pessoal e insumos.

Deverá, ainda, assegurar adequada organização do canteiro de obras, gestão de suprimentos, controle de materiais e planejamento das frentes de serviço, de modo a garantir o cumprimento do cronograma físico-financeiro, a qualidade da execução e o atendimento integral às determinações da fiscalização da Administração.

A capacidade logística e operacional constitui requisito essencial para mitigar riscos de atrasos, paralisações ou falhas executivas, assegurando a entrega da obra dentro dos padrões técnicos, de qualidade e segurança exigidos para o funcionamento da unidade.

j) Registro profissional junto ao CREA/CAU:

A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados.

O registro deverá estar devidamente atualizado e válido na data de apresentação da documentação de habilitação, comprovando que a empresa e seus profissionais encontram-se legalmente habilitados ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto da presente licitação.

Tal exigência encontra fundamento na Lei nº 5.194/1966, na Lei nº 12.378/2010 e no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, constituindo requisito indispensável para assegurar a responsabilidade técnica pela execução da obra, a observância das normas profissionais e a garantia da qualidade e segurança dos serviços de engenharia a serem realizados.

k) Declaração de Responsabilidade Técnica:

A licitante deverá apresentar Declaração de Responsabilidade Técnica, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, informando, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;
- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

As assinaturas poderão ser apostas de forma manual ou eletrônica, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão ICP-Brasil, sendo aceitos documentos originais ou cópias autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o vínculo, a disponibilidade e a efetiva responsabilidade técnica do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente quanto à execução das parcelas de maior relevância técnica previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida necessária, adequada e proporcional, destinada a garantir a qualificação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. ENQUADRAMENTO DO OBJETO - CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA:

5.2.1. O objeto da presente licitação enquadra-se como uma **Obra de Engenharia**, conforme os preceitos legais e normativos aplicáveis.

5.2.1.1. Nos termos das diretrizes técnicas da Orientação Técnica n. 02/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP e da legislação vigente, considera-se obra de engenharia toda intervenção que envolva a **construção, reforma, ampliação, recuperação ou fabricação de um bem**, demandando conhecimentos técnicos especializados e a atuação de profissionais devidamente habilitados, nos termos da Lei Federal n. 5.194/66.

5.2.1.2. Os serviços objeto desta contratação se caracterizam como **obra de engenharia**, conforme definição do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, pois, embora exijam conhecimento técnico especializado e a atuação de profissionais legalmente habilitados, como engenheiros civis e/ou arquitetos, seus padrões de desempenho e qualidade encontram-se descritos de forma objetiva no **PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA**, com base em normas técnicas amplamente reconhecidas, tais como as Tabelas de Composições de Custos da SEINFRA/CE, SINAPI, as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, as normas da ABNT e demais referências técnicas aplicáveis às obras de edificações públicas.

5.2.1.3. Diante do escopo e da natureza das intervenções planejadas, verifica-se que a complexidade dos serviços e a necessidade de conhecimentos técnicos especializados caracterizam inequivocamente o objeto como uma Obra de Engenharia. Consequentemente, **não se aplica a classificação como serviço comum ou especial de engenharia**, visto que a execução das atividades requer soluções técnicas específicas e a participação de profissionais devidamente qualificados.

5.2.1.4. Diante a classificação como obra de Engenharia, afasta-se a aplicabilidade de licitação na modalidade Pregão, como definido no art. 6º, XII e art.29, parágrafo único, ambos da Lei n. 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

5.2.1.5. Trata-se de obra de engenharia com escopo definido, medições previamente parametrizadas e soluções técnicas padronizadas, previstas em composições públicas de custos, tais como serviços preliminares e implantação de canteiro, execução de fundações e superestrutura em concreto armado, execução de alvenarias e lajes, execução de revestimentos de pisos e paredes, execução de cobertura, esquadrias e acabamentos, execução de instalações hidrossanitárias, execução de instalações elétricas prediais em baixa tensão, pintura, limpeza final e administração da obra. Ainda que a execução requeira experiência comprovada e qualificação profissional específica — como a apresentação de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 —, a comparação objetiva das propostas é plenamente viável, em razão da uniformização dos critérios de medição, pagamento e fiscalização estabelecidos no Projeto Básico de Engenharia.

5.2.1.6. Dessa forma, a definição do objeto como obra de engenharia não reduz sua complexidade técnica, mas reconhece que se trata de contratação passível de julgamento objetivo, assegurando a observância aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia, legalidade, planejamento e julgamento objetivo que regem a Administração Pública, nos termos dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

5.2.2.1. A contratação em tela tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.**

5.2.2.2. Em razão da natureza e da relevância do objeto, impõe-se a adoção de modalidade licitatória que assegure a ampla participação de interessados e permita à Administração selecionar a proposta mais vantajosa, conforme os princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei n. 14.133/2021.

5.2.2.3. Diante desse cenário, adota-se a **modalidade CONCORRÊNCIA**, nos termos do art. 28, inciso II, da referida Lei, a qual se revela a mais adequada para contratações de maior vulto e complexidade, especialmente quando fundadas em projetos executivos completos. Ressalta-se que essa escolha está alinhada ao interesse público, uma vez que favorece a obtenção de propostas técnica e economicamente mais vantajosas, ao mesmo tempo em que preserva a competitividade e a segurança jurídica do procedimento licitatório.

5.2.2.4. Trata-se de execução indireta justificada pela ausência de recursos materiais e humanos nesta Administração para realizá-lo diretamente, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada.

5.2.2.5. Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
X	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	EMPREITADA INTEGRAL
	CONTRATAÇÃO POR TAREFA
	CONTRATAÇÃO INTEGRADA
	CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA
	FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO

5.2.3.6. Considerando que a demanda refere-se à contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE, adota-se o regime de execução por empreitada por preço global, por se mostrar o mais adequado às características do objeto.

5.2.3.7. O referido regime é recomendado quando há elevado nível de precisão nas especificações técnicas, nos projetos e nos quantitativos definidos, situação verificada no presente caso, uma vez que o Projeto Básico de Engenharia e os demais instrumentos da fase de planejamento fornecem aos licitantes todos os elementos necessários ao pleno conhecimento do objeto, possibilitando a elaboração de propostas consistentes, seguras e fidedignas.

5.2.3.8. A adoção da empreitada por preço global justifica-se, ainda, pela viabilidade técnica de definição prévia, com adequado grau de precisão, das quantidades dos serviços e insumos a serem executados, reduzindo riscos de alterações contratuais relevantes, distorções econômico-financeiras e aditivos indevidos durante a execução da obra.

5.2.3.9. Nesse regime de execução, a **medição e o pagamento** deverão observar o **cronograma físico-financeiro**, estando vinculados à **execução das etapas e ao atingimento das metas de resultado previstas**, sendo **vedada a adoção de sistemática de remuneração baseada em preços unitários ou em quantidades unitárias efetivamente executadas**, em consonância com a natureza da empreitada por preço global.

5.3. Para a prestação dos serviços pretendidos, os licitantes deverão apresentar documentação comprobatória que atenda às exigências de qualificação técnica e operacional, conforme o art. 62 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

5.3.1. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

5.3.1.1. A licitante deverá apresentar prova de inscrição ou registro da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme a natureza e a especialidade dos serviços a serem executados, devidamente atualizada e válida na data de apresentação da documentação, comprovando estar apta ao desempenho das atividades técnicas relacionadas ao objeto desta licitação, nos termos da Lei nº 5.194/1966, da Lei nº 12.378/2010 e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

a) Caso a empresa ou o(s) responsável(is) técnico(s) não possuam registro na jurisdição do Estado do Ceará, deverão providenciar, por ocasião da assinatura do contrato, o respectivo visto ou registro complementar, conforme as normas e resoluções do conselho profissional competente.

5.3.1.2. Comprovação de que o licitante, na condição de pessoa jurídica, detém **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL**, demonstrada pela execução anterior de obra(s) ou serviço(s) de engenharia de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo, bem como os quantitativos mínimos definidos neste instrumento, nos termos do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conforme especificado a seguir:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT. NO ORÇAMENTO	QUANT. MÍNIMA EXIGIDA	% CORRESPONDENTE AO PB/ORÇAMENTO
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3	M2	598,98	299,49	50,00%
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%	M2	168,71	84,355	50,00%

a.1) A comprovação da capacidade técnico-operacional será realizada por meio da apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de obra(s) ou serviço(s) de engenharia compatíveis em características, complexidade e porte com o objeto da presente licitação.

a.2) Será aceito o **somatório de atestados para demonstração da capacidade técnico-operacional da LICITANTE**, desde que estes, no conjunto, comprovem a **execução dos serviços especificados** no subitem anterior (5.3.1.2.), **em quantidade mínima de 50% dos quantitativos do objeto** deste edital ou, se for o caso, da quantidade especificada para o serviço na planilha orçamentária de referência.

a.3) Para fins de qualificação técnico-operacional, somente serão consideradas como parcelas ou itens de maior relevância e valor significativo aquelas cujo valor individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado do orçamento da contratação, em observância à Lei nº 14.133/2021, vedada a eleição de parcelas de relevância com valor inferior a esse limite.

a.4) Não serão aceitos atestados referentes exclusivamente a serviços de fiscalização, supervisão, gerenciamento, assessoria técnica ou elaboração de projetos, devendo os documentos comprovarem a execução direta dos serviços.

5.3.1.2.1. O documento deverá conter, no mínimo:

- descrição detalhada dos serviços executados;
- período de execução;

- identificação do contratante; e
- manifestação quanto à satisfação dos serviços, quando possível.

5.3.2. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

5.3.2.1. Comprovação de CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, através da prova da Licitante possuir como responsável técnico, na data prevista para a licitação, profissional de nível superior, sendo **Engenheiro Civil e/ou Arquiteto**, legalmente habilitado(s) e reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não a própria licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) relativo(s) ao objeto ora Licitado, com características semelhantes ao objeto deste Edital, cuja **as parcelas de maior relevância e valor significativo da obra/serviços** como sendo as correspondentes aos itens:

ITEM DO ORÇAMENTO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
8.3	C3028	REBOCO C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA PENEIRADA, TRAÇO 1:3
10.3	C2439	TELHA DE FIBROCIMENTO CANALETE 90 INCLINAÇÃO 9%

5.3.2.1.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) figurar como responsável(is) técnico(s) pela execução, acompanhamento e controle da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, assegurando o atendimento às normas técnicas aplicáveis, às exigências de segurança do trabalho, acessibilidade, desempenho e demais requisitos técnicos pertinentes às edificações públicas destinadas ao atendimento de urgência e emergência em saúde.

5.3.2.1.3. A comprovação do vínculo com o quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante apresentação de documentação hábil, conforme a situação do profissional: Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); cópia do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; cópia do contrato de trabalho ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do referido profissional. (Acórdão nº 1450/2022 – TCU – Plenário | Relator: Ministro Vital do Rêgo).

5.3.2.2. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT), devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU da jurisdição competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT), emitidos pelo conselho profissional correspondente.

5.3.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Responsabilidade Técnica**, contendo a identificação completa do(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, informando, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;

- número de registro no respectivo Conselho Profissional (CREA ou CAU);
- especialidade ou área de atuação; e
- função técnica a ser desempenhada no âmbito contratual.

5.3.3.1. A referida declaração deverá ser assinada por todos os profissionais indicados, atestando sua anuência, ciência e disponibilidade para atuar na execução do objeto, caso a licitante seja vencedora, bem como pelo representante legal da empresa, que se responsabilizará pela veracidade das informações prestadas e pelo cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

5.3.3.2. As assinaturas deverão ser apostas de forma **manual ou eletrônica**, admitindo-se assinatura digital com certificação no padrão **ICP-Brasil**, sendo aceitos apenas documentos originais ou cópias devidamente autenticadas, quando aplicável.

A exigência da Declaração de Responsabilidade Técnica fundamenta-se no **art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021**, visando assegurar o **vínculo efetivo, a disponibilidade e a responsabilidade técnica** do(s) profissional(is) indicado(s), especialmente para a execução das **parcelas de maior relevância técnica** previstas no Projeto Básico de Engenharia.

Trata-se de medida **necessária, adequada e proporcional**, destinada a garantir a capacitação técnica da licitante, a segurança e a qualidade da execução contratual, bem como a observância dos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, julgamento objetivo e isonomia**, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

Observação nº 01: Os documentos apresentados deverão conter marcações visuais (grifo, sublinhado ou destaque) nos trechos que comprovem o atendimento aos requisitos de qualificação, tais como: descrição dos serviços, período de execução, contratante e vínculo com o profissional indicado, assegurando clareza, objetividade e celeridade na análise, conforme os princípios da legalidade, eficiência e julgamento objetivo.

Observação nº 02: É vedada a participação do mesmo profissional como responsável técnico vinculado a mais de uma licitante no certame, sob pena de inabilitação das empresas envolvidas, em observância aos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021).

5.5. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. A prestação dos serviços contratados ocorrerá mediante solicitação da Secretaria requisitante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão/notificação da Ordem de Serviço, em locais a serem previamente definidos e informados pela Administração;

5.6. EXECUÇÃO: Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento serão detalhados no Termo de Referência.

5.7. DA NATUREZA DO OBJETO, DO TIPO DE OBRAS OU SERVIÇOS E DO PRAZO DE PUBLICAÇÃO

5.7.1 Os requisitos da presente contratação foram definidos a partir das características específicas do objeto, o qual será executado sob a forma de **CONTRATO POR ESCOPO**, com objeto certo, determinado e previamente delimitado, destinado à obtenção de resultados específicos e mensuráveis. A execução contratual encontra-se vinculada ao cumprimento integral do escopo estabelecido e à entrega dos produtos previsto.

5.7.2. A contratação possui natureza **pontual e finalística**, com início e término claramente definidos, extinguindo-se com a plena execução do objeto e o atingimento dos

resultados contratados. Eventual extensão do prazo de execução ou da vigência contratual, inclusive com possibilidade de abranger mais de um exercício financeiro, decorre exclusivamente das características técnicas do objeto e da necessidade de adequada execução do escopo definido, não alterando a natureza da contratação. Permanecem assegurados, em qualquer hipótese, os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos.

5.8. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA:

5.8.1. Sustentabilidade ambiental:

A execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU deverá observar medidas destinadas à redução de impactos ambientais e à promoção do uso racional dos recursos naturais, tais como:

- a) manejo, segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos provenientes das atividades de construção civil, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais aplicáveis;
- b) adoção de medidas para mitigação da emissão de poeira, ruídos e partículas durante a execução dos serviços, especialmente em razão da inserção urbana do empreendimento;
- c) prevenção do carreamento de sedimentos, resíduos sólidos ou efluentes para o sistema de drenagem urbana e áreas adjacentes;
- d) priorização, sempre que tecnicamente viável, do uso de materiais de maior durabilidade, menor impacto ambiental e soluções construtivas que promovam eficiência no consumo de água e energia, bem como a redução de desperdícios.

5.8.2. Sustentabilidade social:

Durante a execução da obra deverão ser observadas condições adequadas de trabalho, saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos, contemplando, no mínimo:

- a) cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho aplicáveis às atividades da construção civil;
- b) fornecimento, uso obrigatório e fiscalização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs;
- c) estímulo, sempre que possível, à contratação de mão de obra local, contribuindo para a geração de emprego, renda e fortalecimento da economia do Município de Frecheirinha/CE.

5.8.3. Sustentabilidade Econômica e Eficiência

A execução da obra deverá assegurar a economicidade, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, evitando desperdícios, retrabalho ou má utilização de materiais, mediante:

- a) planejamento adequado das frentes de serviço e do cronograma físico-financeiro, compatível com o Projeto Básico de Engenharia;
- b) execução ordenada, controlada e supervisionada por profissional legalmente habilitado;
- c) observância dos quantitativos, especificações técnicas, métodos executivos e padrões de qualidade definidos na fase de planejamento.

5.8.4. Governança Pública e Integridade

Os princípios da governança pública, transparência e integridade deverão nortear toda a execução contratual, observando-se, especialmente:

- a) acompanhamento e fiscalização contínuos da obra por profissional formalmente designado pela Administração;
- b) registro sistemático das etapas da execução por meio de medições formais, relatórios técnicos, registros fotográficos e demais documentos comprobatórios;
- c) observância dos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, isonomia, planejamento e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos;
- d) adoção de rotinas e controles que assegurem a rastreabilidade dos atos, o controle técnico, a conformidade contratual e a integridade da execução da obra.

5.8.5. Conformidade Normativa

A contratada deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis às obras de edificações públicas, incluindo as normas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, as diretrizes técnicas da SEINFRA/CE, bem como a legislação ambiental, trabalhista, urbanística e de segurança vigente, assegurando que a execução da obra da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU atenda aos padrões exigidos pela engenharia pública e aos critérios de sustentabilidade definidos pela Administração.

5.9. Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com base na demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda (DFD), tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DESCENTRALIZADA DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE**, conforme Projeto Básico de Engenharia e demais instrumentos da fase de planejamento. A solução proposta fundamenta-se em planilha orçamentária de referência elaborada com base nas tabelas da SEINFRA/CE (versão 28.1) e SINAPI, acrescida do BDI definido nos documentos técnicos, visando atender às necessidades da Secretaria demandante, especialmente no fortalecimento da estrutura de atendimento às urgências e emergências em saúde. A presente contratação tem como objetivo dotar o Município de infraestrutura adequada para funcionamento da Base do SAMU, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde, redução do tempo de resposta em atendimentos de urgência, melhores condições de trabalho para as equipes e ampliação da eficiência operacional do sistema de atendimento móvel, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

5.10. Diante do exposto, a melhor estratégia para atendimento da demanda consiste na **contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da obra de construção da Base Descentralizada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE**, conforme condições, especificações e quantitativos definidos no Projeto Básico de Engenharia e demais instrumentos da fase de planejamento. Trata-se de obra de engenharia de natureza não continuada, com escopo definido, início, meio e fim determinados, cuja execução não compromete a continuidade das atividades administrativas do Município, sendo essencial para o fortalecimento da rede de atenção às urgências e emergências em saúde.

5.11. A vigência contratual corresponderá ao prazo estabelecido no **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA**, acrescido do tempo necessário para a realização dos procedimentos de **RECEBIMENTO PROVISÓRIO** e **DEFINITIVO** do objeto, conforme dispõem a Lei nº 14.133/2021. O contrato abrangerá todas as etapas de execução, verificação e aceitação da obra, encerrando-se apenas após a emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, mediante a comprovação de que o objeto foi executado em conformidade com o projeto básico, as normas técnicas e as condições contratuais.

5.11.1. Eventuais prorrogações da vigência poderão ser admitidas quando devidamente justificadas, desde que comprovadas a vantajosidade, a eficiência e a necessidade técnica ou administrativa, observando-se o disposto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021. A vigência, portanto, está vinculada à efetiva entrega e aceitação da obra pela Administração, garantindo o cumprimento integral das obrigações contratuais e a observância dos princípios da planejamento, eficiência e continuidade do serviço público.

5.12. **Necessidade de garantia da proposta:**

5.12.1. Será exigido o recolhimento referente a 1% (um por cento) do estimado para contratação a título de garantia de proposta, devendo ser encaminhada no ato do cadastramento da proposta eletrônica, **EXCLUSIVAMENTE** em campos próprios do sistema eletrônico.

5.12.2. A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data que for declarada fracassada a licitação.

5.12.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.12.4. A garantia de proposta será apresentada nas seguintes modalidades:

a) CALÇÃO EM DINHEIRO: Deverá ser efetuada em favor da contratante, em conta específica do banco do Brasil, **Agência 5663-4, Conta: 7326-1**, com correção monetária;

b) TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA: Deverá ser emitido sob a forma escritural mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco do Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo ministério da economia;

c) SEGURO GARANTIA: Deverá ter validade durante a vigência da proposta e por mais 60 (Sessenta) dias, após o término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo banco do Brasil.

d) FIANÇA BANCÁRIA: Deverá ser emitido por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil;

e) TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO: Deverá ser custeado em pagamento único, com resgate pelo valor total.

5.12.5. A não apresentação da garantia ensejará a imediata desclassificação da proposta da proponente;

5.13. As autorizações de serviços contendo as notas de empenho serão enviadas da seguinte na Forma Prevista no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

5.14. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no **TERMO DE REFERÊNCIA**, devendo observar os seguintes aspectos.

5.14.1. Os procedimentos e rotinas de execução dos serviços serão detalhados no respectivo Termo de Referência, o qual deverá ser elaborado com base no Projeto Básico de Engenharia e observar os seguintes aspectos mínimos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, e controle previstos na Lei nº 14.133/2021:

a) Execução da obra de forma contínua quanto às frentes de serviço, em conformidade com o planejamento aprovado, o cronograma físico-financeiro e as etapas construtivas previstas no Projeto Básico de Engenharia, contemplando, entre outras, a implantação do canteiro de obras, execução das fundações, superestrutura, alvenarias, cobertura, revestimentos, instalações prediais, acabamentos e demais serviços necessários à conclusão da edificação;

b) Responsabilidade técnica com a indicação de profissional legalmente habilitado (**Engenheiro Civil e/ou Arquiteto**), que responderá tecnicamente pela execução da obra, devendo acompanhar as etapas essenciais, emitir relatórios técnicos, prestar esclarecimentos à fiscalização e assinar as

medições dos serviços executados;
c) Prazos de início e execução definidos no cronograma aprovado, devendo a contratada mobilizar equipe técnica e operacional, equipamentos, máquinas e insumos no prazo estabelecido, garantindo o andamento regular da obra, ressalvadas as hipóteses legais de suspensão ou prorrogação devidamente justificadas;
d) Procedimentos de fiscalização e medição, compreendendo inspeções técnicas em campo, registros fotográficos sistemáticos, elaboração de relatórios técnicos e planilhas de medição, com validação prévia dos serviços executados antes da autorização de pagamento;
e) Fluxo de aprovação e pagamento, observando-se a tramitação administrativa interna, com conferência técnica pela fiscalização, emissão do atesto de conformidade, autorização da autoridade competente e pagamento conforme o cronograma físico-financeiro estabelecido;
f) Conduta e responsabilidade da contratada, incluindo o cumprimento integral das Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança do trabalho, da legislação ambiental vigente, das diretrizes de gestão de resíduos da construção civil, bem como a manutenção de ambiente de trabalho organizado, seguro e compatível com os padrões exigidos pela Administração Pública.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. III do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

6.1. Para atendimento da necessidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO (objeto sugerido)**, foram identificadas as seguintes soluções oferecidas pelo mercado:

POSSÍVEIS SOLUÇÕES OFERECIDAS PELO MERCADO	
SOLUÇÃO 1 – Contratação de empresa especializada para execução de obras de edificação com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)	Modalidade usualmente adotada em contratações de bens e serviços com demandas repetitivas, frequentes ou variáveis ao longo do tempo, permitindo à Administração registrar preços para futuras contratações, conforme necessidade.
	Permite a execução dos serviços mediante a emissão de ordens de serviço específicas, com base em preços previamente registrados em ata, durante o período de vigência do registro.
	O critério de julgamento, quando aplicável a serviços de engenharia, pode ser estruturado com base em maior desconto linear sobre tabelas referenciais de custos, como a SEINFRA/CE e SINAPI, acrescida do BDI definido nos documentos técnicos.
Inadequação ao objeto:	Possibilita a realização de contratações sucessivas durante a vigência da ata de registro de preços, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório para cada demanda específica, conferindo maior celeridade administrativa.
	Apesar de sua flexibilidade, o Sistema de Registro de Preços (SRP) não se mostra compatível com a execução de obra de engenharia com escopo definido,

	<p>como a construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, que possui quantitativos previamente estimados, execução concentrada em empreendimento único e planejamento técnico detalhado, consubstanciado no Projeto Básico de Engenharia.</p> <p>A utilização do SRP, nesses casos, pode comprometer o adequado planejamento da contratação, dificultar a vinculação ao cronograma físico-financeiro e gerar inconsistências na execução e no controle da obra, além de não se caracterizar como demanda continuada, eventual ou parcelada.</p> <p>Ademais, a adoção do SRP para obras dessa natureza pode ensejar questionamentos pelos órgãos de controle, por desvio da finalidade do instituto, que se destina a contratações repetitivas e de natureza padronizada, não sendo adequado para empreendimentos específicos, individualizados e previamente definidos.</p>
SOLUÇÃO 2 – Contratação por administração ou gerenciamento de obra (fiscalização/apoio técnico terceirizado)	Prevê a contratação de empresa especializada para apoiar a Administração nas atividades de gerenciamento, acompanhamento, controle de qualidade, planejamento e medição da obra.
	Pode incluir apoio na compatibilização de cronograma, conferência de quantitativos, elaboração de relatórios físico-financeiros e suporte técnico à fiscalização contratual.
	É usualmente aplicada como solução complementar em obras de maior complexidade ou como instrumento de reforço à estrutura de fiscalização da Administração.
Inadequação ao objeto:	<p>Embora possa contribuir para o aprimoramento do acompanhamento técnico e da fiscalização da obra, essa solução não atende à necessidade principal da Administração, que consiste na execução material da obra de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, conforme definido no Projeto Básico de Engenharia.</p> <p>Trata-se de solução acessória, de natureza complementar, que não substitui a contratação da empresa executora responsável pela realização dos serviços de engenharia. Sua adoção de forma isolada não viabiliza a entrega do objeto finalístico pretendido, limitando-se ao apoio técnico e gerencial.</p> <p>Ademais, a contratação exclusiva dessa solução implicaria na necessidade de realização de contratação adicional para execução da obra, resultando em duplicidade de processos, aumento de custos administrativos e potencial fragmentação da responsabilidade técnica, o que não se mostra vantajoso sob a ótica da eficiência e da economicidade, conforme os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>

SOLUÇÃO 3 – Contratação por empreitada com escopo definido (obra por projeto)	Modelo indicado para obras de engenharia com planejamento prévio completo, caracterizadas pela definição detalhada do objeto a ser executado.
	Exige a elaboração de Projeto Básico de Engenharia, contendo planilha orçamentária, memorial descritivo, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro, permitindo a adequada compreensão do empreendimento pelos licitantes.
	Possibilita o controle técnico e financeiro rigoroso da execução da obra, com base em medições vinculadas às etapas previamente definidas, assegurando maior previsibilidade, padronização e eficiência na aplicação dos recursos públicos.
Aderência ao objeto:	<p>Esta solução é plenamente compatível e adequada à contratação pretendida, uma vez que a construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU possui escopo claramente definido, quantitativos previamente estimados, metodologia construtiva padronizada e planejamento técnico detalhado, conforme estabelecido no Projeto Básico de Engenharia.</p> <p>Além disso, a adoção desse modelo permite o adequado acompanhamento físico-financeiro da obra, a vinculação das medições às etapas executadas e o efetivo controle da qualidade dos serviços, garantindo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024.</p>
SOLUÇÃO 4 – Convênios ou parcerias com instituições de ensino técnico ou universidades (cooperação técnica)	Modelo alternativo geralmente utilizado para apoio técnico, desenvolvimento de estudos, vistorias, levantamentos e atividades acadêmicas ou de extensão.
	Aplicável, em regra, a diagnósticos, projetos de pequena complexidade, capacitações e atividades que não demandem estrutura operacional intensiva.
	Apresenta execução limitada à capacidade pedagógica e institucional das entidades envolvidas, com foco em atividades de natureza técnica complementar.
Inadequação ao objeto:	<p>Não se mostra viável para a execução da obra de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, tendo em vista a escala do empreendimento, a necessidade de execução contínua, a exigência de responsabilidade técnica formal e a demanda por capacidade operacional, produtiva e logística compatível com obras de engenharia.</p> <p>A execução de edificação pública exige mobilização de mão de obra especializada, equipamentos, insumos, gestão de canteiro e cumprimento de prazos contratuais, aspectos que extrapolam a finalidade institucional e a estrutura das entidades acadêmicas.</p> <p>Ademais, tais parcerias possuem natureza</p>

	colaborativa e não substituem a contratação formal de empresa executora, sendo inadequadas para atender à demanda finalística da Administração, sob pena de comprometer a eficiência, a segurança da execução e a conformidade com os requisitos legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.
SOLUÇÃO 5 – Execução direta pela Administração Pública (equipe própria)	Consiste na execução dos serviços por meio de servidores e operários vinculados ao próprio Município, com utilização de recursos humanos, equipamentos e estrutura administrativa próprios.
	Exige a existência de estrutura operacional permanente, equipe técnica qualificada, disponibilidade de máquinas, equipamentos e insumos, além de capacidade logística adequada para execução integral da obra.
	Implica a assunção direta, pela Administração, de todos os custos operacionais, encargos trabalhistas, gestão de pessoal e manutenção de estrutura própria, o que tende a elevar os custos fixos e reduzir a flexibilidade operacional.
Inadequação ao objeto:	<p>A execução direta não se revela vantajosa para a construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, considerando a complexidade técnica da obra, o volume dos serviços a serem executados e a necessidade de utilização de equipamentos e métodos construtivos especializados. O Município de Frecheirinha/CE não dispõe de estrutura técnica, operacional e logística suficiente para absorver a execução integral da obra sem prejuízo às suas atividades ordinárias, tampouco mantém equipe permanente com a qualificação necessária para condução de empreendimento dessa natureza.</p> <p>Ademais, a execução direta implicaria aumento significativo de custos administrativos, riscos operacionais e dificuldades na gestão de pessoal e de insumos, não se mostrando eficiente nem economicamente vantajosa, em desacordo com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
SOLUÇÃO 6 – Contrato de facilities ou gestão integrada de obras e serviços	Modelo contratual no qual uma única empresa assume de forma integrada o planejamento, a execução, o gerenciamento e o controle da obra, podendo englobar múltiplos serviços correlatos.
	Exige estrutura de governança robusta, mecanismos avançados de controle contratual e fiscalização intensiva por parte da Administração.
	É usualmente indicado para grandes empreendimentos, estruturas complexas ou contratos amplos e continuados, que demandem integração de múltiplos serviços e elevada capacidade gerencial.
Inadequação ao objeto:	Trata-se de solução desproporcional à necessidade apresentada, considerando que a construção da Base

	<p>do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU consiste em empreendimento específico, com escopo definido, planejamento previamente estruturado e execução delimitada no tempo.</p> <p>A adoção desse modelo implicaria maior complexidade contratual, exigência de estrutura de governança mais sofisticada e custos significativamente mais elevados, sem que haja ganho proporcional de eficiência ou vantajosidade para a Administração.</p> <p>Além disso, o modelo de gestão integrada não se mostra necessário diante da natureza da obra, podendo inclusive dificultar o controle direto da execução e a transparência das medições, em desacordo com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.</p>
--	---

6.2. A seguir, apresenta-se a análise das soluções identificadas para atender à necessidade de contratação:

SOLUÇÃO 01 – Contratação sob demanda com Sistema de Registro de Preços (SRP)	
PONTOS POSITIVOS	Flexibilidade para atendimento de demandas futuras e variáveis;
	Possibilidade de utilização de tabela oficial de custos (SEINFRA/CE e SINAPI) como referência de preços;
	Celeridade nas contratações após a formalização da ata;
	Dispensa de novo procedimento licitatório para cada demanda individual.
PONTOS NEGATIVOS	Incompatível com obra de engenharia de escopo definido;
	Não se aplica à construção de edificação pública específica, como a Base do SAMU, que exige quantitativos previamente estimados e planejamento técnico detalhado;
	Risco de questionamento pelos órgãos de controle quanto ao enquadramento jurídico;
	Dificuldade de vinculação ao cronograma físico-financeiro;
	Compromete o adequado planejamento técnico exigido para obras públicas.
SOLUÇÃO 02 – Contratação de empresa especializada para gerenciamento, supervisão e apoio técnico à execução da obra	
PONTOS POSITIVOS	Apoio técnico especializado à Administração na fiscalização e controle da execução;
	Melhoria no acompanhamento físico-financeiro;
	Possibilidade de mitigação de riscos técnicos.
PONTOS NEGATIVOS	Não atende à necessidade finalística de execução da

	obra;
	Gera custo adicional sem substituir a empresa executora;
	Deve ser tratada como contratação acessória e complementar.
SOLUÇÃO 03 – Contratação por empreitada global (obra com escopo definido)	
PONTOS POSITIVOS	Total compatibilidade com obras de edificações públicas;
	Escopo previamente definido em Projeto Básico de Engenharia;
	Quantitativos e custos estimados de forma objetiva;
	Permite controle rigoroso de prazos, custos e qualidade;
	Adequada ao regime de empreitada por preço global;
	Facilita fiscalização, medição e pagamento por etapas;
	Alinhada à Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 002/2024.
PONTOS NEGATIVOS	Exige Projeto Básico detalhado;
	Processo licitatório mais técnico;
	Menor flexibilidade para alterações, exigindo aditivos formalmente justificados.
SOLUÇÃO 04 – Parcerias com instituições públicas de ensino técnico (cooperação técnica)	
PONTOS POSITIVOS	Possível apoio técnico complementar;
	Estímulo à cooperação institucional;
	Aplicável a estudos e levantamentos.
PONTOS NEGATIVOS	Baixa capacidade operacional;
	Inviável para execução de obra de engenharia;
	Ausência de estrutura produtiva contínua;
	Incompatível com a responsabilidade técnica exigida.
SOLUÇÃO 05 – Execução direta pela Administração Pública (equipe própria)	
PONTOS POSITIVOS	Controle direto da execução;
	Independência de terceiros;
	Possibilidade de atuação em pequenas intervenções.
PONTOS NEGATIVOS	Elevado custo estrutural;
	Ausência de equipe técnica e equipamentos adequados;
	Dificuldade de manter estrutura permanente;
	Baixa eficiência operacional;
	Inviável para a construção da Base do SAMU, dada a complexidade e volume da obra.
SOLUÇÃO 06 – Contrato de facilities ou gestão integrada de obras e serviços	
PONTOS POSITIVOS	Centralização do planejamento e execução;
	Gestão integrada do empreendimento;

PONTOS NEGATIVOS	Redução de riscos em estruturas complexas.
	Alto custo;
	Complexidade excessiva;
	Exige governança robusta;
	Inadequado à realidade do Município de Frecheirinha/CE;
JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO ADOTADA:	
<p>Dentre as soluções analisadas, a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa consiste na SOLUÇÃO 03 – contratação por empreitada por preço global, para execução da obra de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU. Sob o aspecto técnico, trata-se de obra de engenharia com escopo previamente definido, quantitativos estimados e metodologia construtiva estabelecida no Projeto Básico de Engenharia, exigindo planejamento detalhado, cronograma físico-financeiro e fiscalização contínua. O regime de empreitada por preço global permite maior controle da execução, assegurando qualidade, segurança, funcionalidade e conformidade com as normas técnicas aplicáveis.</p> <p>Do ponto de vista econômico, a solução proporciona previsibilidade orçamentária, uma vez que o valor global da obra é previamente definido, evitando fragmentação contratual e variações indevidas. O pagamento vinculado às medições por etapas executadas assegura eficiência na aplicação dos recursos públicos e maior controle financeiro.</p> <p>Ademais, a contratação por empreitada por preço global, a ser realizada mediante Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento por maior desconto linear sobre a planilha orçamentária de referência, amplia a competitividade, assegura julgamento objetivo das propostas e atende aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e transparência, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao Decreto Municipal nº 002/2024.</p> <p>Dessa forma, a solução adotada revela-se necessária, adequada e proporcional, sendo a que melhor atende ao interesse público e à realidade administrativa do Município de Frecheirinha/CE.</p>	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

7.1. A solução adotada consiste na contratação, por meio de Concorrência Eletrônica, de empresa especializada em engenharia para a execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE, conforme planejamento elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e documentos técnicos produzidos pela área de engenharia. A obra apresenta escopo previamente definido, com quantitativos detalhados, especificações técnicas e metodologia executiva estruturada no Projeto Básico de Engenharia.

7.2. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e integrada, seguindo as etapas estabelecidas no Projeto Básico, incluindo, entre outras, a implantação do canteiro de obras, execução de fundações e estruturas em concreto armado, alvenarias, lajes, coberturas, revestimentos, instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos e demais serviços complementares necessários à implantação da unidade operacional do SAMU. Todos os procedimentos deverão observar as especificações técnicas, memoriais descritivos, normas da ABNT e parâmetros de qualidade definidos, garantindo padrão construtivo adequado, segurança estrutural, funcionalidade, acessibilidade e durabilidade da edificação.

7.3. A contratação será realizada sob o regime de execução de empreitada por preço global, modelo que se mostra mais adequado às características da obra, por permitir a definição do valor total com base nos quantitativos previamente estimados no Projeto Básico de Engenharia, assegurando maior previsibilidade financeira, controle orçamentário e simplificação no

acompanhamento da execução. Esse regime favorece o controle técnico e administrativo da obra, evitando fragmentações e variações indevidas no custo final.

7.4. Para assegurar a vantajosidade do certame, o julgamento das propostas será realizado com base no critério de maior desconto linear sobre a planilha orçamentária de referência, fundamentada nas composições de custos da SEINFRA/CE e SINAPI, acrescidas do BDI definido nos documentos técnicos. A realização da licitação na forma eletrônica amplia o alcance do certame, possibilitando a participação de empresas de diferentes regiões, promovendo maior competitividade, transparência e economicidade.

7.5. A adoção dessa solução promove eficiência no planejamento e na execução da obra, pois possibilita que a construção da Base do SAMU seja executada de forma integral e coordenada, dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a implantação de infraestrutura adequada para atendimento de urgência e emergência, melhoria da capacidade de resposta do sistema de saúde municipal, segurança operacional das equipes e melhor atendimento à população.

7.6. A solução como um todo viabiliza a execução da obra de forma técnica, econômica e transparente, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos, o cumprimento das etapas previstas no planejamento, a entrega de infraestrutura pública essencial à saúde e a observância dos princípios do planejamento, eficiência, legalidade, economicidade, publicidade e controle, em plena consonância com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

8. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (art.6º, Inc. IX do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.1. A estimativa das quantidades referentes à execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU foi realizada com base no Projeto Básico de Engenharia, o qual contempla plantas arquitetônicas, estruturais, elétricas e hidrossanitárias, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e memoriais de cálculo que definem, de forma precisa, os serviços necessários para a implantação da edificação.

8.2. As quantidades foram obtidas a partir do dimensionamento técnico dos projetos de arquitetura e engenharia, considerando as áreas construídas, volumes de concreto, áreas de alvenaria, lajes, revestimentos, coberturas, esquadrias, instalações prediais e demais componentes construtivos previstos. A metodologia de cálculo adotada observa as composições técnicas da SEINFRA/CE e SINAPI, garantindo coerência entre as estimativas e os parâmetros de referência utilizados em obras públicas.

8.3. A memória de cálculo contempla a identificação dos principais serviços necessários à execução da obra, tais como: execução de fundações e estruturas em concreto armado, alvenarias e lajes, coberturas, revestimentos, esquadrias, instalações elétricas prediais, instalações hidrossanitárias, sistema de drenagem, pavimentação de áreas externas, pintura, limpeza final e demais serviços complementares de acabamento. Cada etapa encontra-se descrita no Projeto Básico, com detalhamento dos quantitativos e respectivas unidades de medida, possibilitando a adequada formação do preço global da obra.

8.4. O orçamento estimado foi consolidado com base nas Composições de Custos da SEINFRA/CE e SINAPI, acrescidas do BDI definido nos documentos técnicos da fase de planejamento, assegurando fundamentação técnica adequada para a definição do valor de

referência da contratação. Tal abordagem confere previsibilidade financeira, transparência e compatibilidade entre os preços estimados e os praticados no mercado regional.

8.5. No que se refere à interdependência com outras contratações, verificou-se que a construção da Base do SAMU não depende de serviços externos que comprometam sua execução, uma vez que todas as etapas construtivas necessárias à entrega da edificação encontram-se integralmente previstas no Projeto Básico de Engenharia. Eventuais contratações acessórias, a exemplo da aquisição de mobiliário, equipamentos médicos, sistemas de comunicação e demais itens operacionais, serão objeto de processos administrativos próprios, não havendo sobreposição de objetos nem risco de duplicidade de escopo.

8.6. A estimativa final das quantidades e dos custos encontra-se devidamente documentada por meio das planilhas orçamentárias, memoriais de cálculo, plantas e especificações técnicas integrantes do Projeto Básico de Engenharia, que acompanham o presente Estudo Técnico Preliminar e subsidiam a formação do preço global da contratação. Esses documentos asseguram precisão no dimensionamento da obra e permitem que os licitantes formulem propostas compatíveis com a realidade técnica do empreendimento.

8.7. Dessa forma, a presente estimativa atende ao planejamento municipal, garantindo que a contratação seja realizada com segurança técnica, transparência e economicidade, preservando a adequada alocação dos recursos públicos e viabilizando a implantação da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU no Município de Frecheirinha/CE, em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde e com os princípios da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024.

8.8. DA ESTIMATIVA DO VALOR (art.6º, Inc. X do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

8.8.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no Projeto Básico de Engenharia da construção da **Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**, o qual consolida as composições de custos, quantitativos e serviços necessários à execução integral da obra, incluindo memorial descritivo, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico-financeiro e composição do BDI.

8.8.2. Conforme consignado no Projeto Básico de Engenharia, o valor total estimado para a execução das obras é de **R\$ 530.034,70 (quinhentos e trinta mil, trinta e quatro reais e setenta centavos)**, considerando 01 (uma) unidade da edificação, com base em composições de custos referenciadas na **SEINFRA/CE (versão 28.1) e SINAPI (2026/01)**, acrescidas de **BDI de 29,76% (vinte e nove vírgula setenta e seis por cento)**.

8.8.3. A utilização de tabelas oficiais de custos, aliada à composição detalhada do BDI constante do Projeto Básico, assegura a compatibilidade do orçamento com os preços praticados no mercado regional, garantindo padronização, transparência e confiabilidade na formação do valor de referência da contratação.

8.8.4. Ressalta-se que o valor estimado possui natureza meramente referencial, destinando-se à análise e comparação das propostas a serem apresentadas no certame, sendo admitida a apresentação de valores inferiores pelos licitantes, desde que devidamente comprovada a exequibilidade da proposta, sem prejuízo da qualidade, segurança e conformidade técnica da execução da obra.

8.8.5. As planilhas orçamentárias, memórias de cálculo, composições de custos unitários e demais documentos técnicos que fundamentam a estimativa do valor integram o Projeto Básico de Engenharia e subsidiam o presente Estudo Técnico Preliminar, assegurando

rastreabilidade, auditabilidade e transparência ao processo de formação do preço de referência.

8.8.6. Dessa forma, a estimativa do valor atende integralmente ao disposto no art. 6º, inciso X, do Anexo II do Decreto Municipal nº 002/2024, evidenciando aderência aos documentos técnicos oficiais, com parâmetros de custos definidos por sistemas referenciais públicos e BDI devidamente demonstrado, garantindo consistência técnica, segurança jurídica e adequado planejamento da contratação.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art.6º, Inc. XI do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

9.1. A presente contratação **não comporta parcelamento do objeto**, tendo em vista que a execução das obras de construção da **Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU** constitui empreendimento único e integrado, cujas etapas construtivas são interdependentes e devem ser executadas de forma contínua e coordenada, de modo a garantir a integridade estrutural, a funcionalidade da edificação, a segurança dos usuários e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

9.2. O eventual parcelamento da solução poderia comprometer a eficiência da execução, gerar dificuldades na coordenação das frentes de serviço e ocasionar incompatibilidades entre os sistemas construtivos — tais como estrutura, arquitetura, instalações elétricas e hidrossanitárias —, além de ampliar os riscos de falhas técnicas, retrabalhos e atrasos na entrega da obra. Ademais, implicaria aumento dos custos administrativos e operacionais decorrentes da necessidade de múltiplos contratos, fiscalizações e medições distintas.

9.3. A obra foi planejada de forma global, com quantitativos consolidados, metodologia construtiva padronizada e cronograma físico-financeiro definido, conforme estabelecido no Projeto Básico de Engenharia. A execução por um único contratado assegura maior responsabilidade técnica, uniformidade na execução dos serviços, rastreabilidade das obrigações contratuais e controle efetivo da qualidade, reduzindo riscos de inconsistências construtivas e de descontinuidade na execução.

9.4. Sob o aspecto econômico, a contratação integral favorece a economia de escala, possibilitando melhor negociação de insumos, racionalização da mobilização de equipamentos, otimização da mão de obra e redução de custos indiretos, fatores que contribuem diretamente para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.5. Ademais, o parcelamento poderia resultar em sobreposição de responsabilidades técnicas, dificuldades na apuração de eventuais falhas, aumento do risco de litígios contratuais e fragilização do controle da execução, circunstâncias que não atendem ao interesse público nem aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e segurança jurídica, previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Diante dessas considerações, conclui-se que a **não divisão do objeto é a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico**, assegurando a execução eficiente das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, a adequada aplicação dos recursos públicos e a entrega de infraestrutura essencial ao fortalecimento da rede municipal de saúde do Município de Frecheirinha/CE, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, X e art.6º, Inc. XII do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

10.1. Após análise do planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e dos elementos técnicos constantes no Projeto Básico de Engenharia, verificou-se que a contratação para a execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE, não apresenta interdependência técnica, operacional ou financeira obrigatória com outras contratações para sua plena execução, uma vez que o Projeto Básico contempla todas as etapas construtivas necessárias à implantação da edificação.

10.2. Registra-se, entretanto, a existência de contratações correlatas, que poderão ser realizadas de forma autônoma e independente, com a finalidade de complementar a funcionalidade do equipamento público, sem interferir na execução da obra civil, conforme demonstrado a seguir:

CONTRATAÇÃO CORRELATA	CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE
Serviços de fiscalização e acompanhamento de obras de engenharia	Contratação de natureza acessória, destinada a apoiar a Administração no acompanhamento técnico da execução, controle de qualidade, medições, emissão de relatórios e verificação de conformidade com o Projeto Básico. Não substitui a responsabilidade técnica da empresa executora.
Aquisição de mobiliário, equipamentos médicos e operacionais do SAMU	Contratações posteriores e independentes, destinadas ao aparelhamento da unidade, incluindo mobiliário administrativo, equipamentos de suporte ao atendimento de urgência, sistemas de comunicação e demais itens necessários ao funcionamento da base.
Serviços de ligação e adequação de redes públicas (energia elétrica, água, esgotamento sanitário e telecomunicações)	Providências junto às concessionárias ou prestadores de serviços públicos para viabilizar o funcionamento da unidade, não interferindo na execução física da obra, mas necessárias para sua plena operacionalização.

10.3. As contratações correlatas acima descritas não configuram interdependência técnica, operacional ou financeira com o objeto principal, preservando-se a autonomia da contratação da obra, a competitividade do certame e a clara delimitação das responsabilidades contratuais atribuídas à empresa executora.

10.4. Dessa forma, conclui-se que a contratação ora analisada é autossuficiente, podendo ser executada de forma independente, sem prejuízo da eventual realização de contratações correlatas de natureza complementar, assegurando eficiência administrativa, segurança jurídica e adequada implantação da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU no Município de Frecheirinha/CE, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

11. DO ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, II e art.6º, Inc. XIII do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024).

11.1. A presente contratação não se encontra prevista no Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício de 2026. Tal circunstância, contudo, não constitui óbice ao regular prosseguimento da contratação, especialmente por se tratar de demanda necessária ao atendimento do interesse público e compatível com os objetivos estratégicos da

Administração. Ressalte-se que a contratação possui previsão na Lei Orçamentária Anual vigente, com recursos devidamente consignados na respectiva dotação orçamentária, conforme demonstrado na própria LOA e comprovado nos autos do procedimento licitatório. Dessa forma, resta atendida a exigência de compatibilidade orçamentária, assegurando-se a viabilidade financeira da contratação e a observância dos princípios do planejamento, da legalidade e da responsabilidade fiscal, conforme dotação orçamentária, informado abaixo:

Dotação Orçamentária: 1102.10.302.0068.1.022 – **Construção e Melhoria de Unidades Hospitalares e de Pronto Atendimento;**

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – **Obras e Instalações;**

Fonte de Recurso: 1500100200 – **Receita de Imposto e Transf – Saúde.**

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (§ 2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e art.6º, Inc. XIV do Anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

12.1. A presente contratação tem como objetivo assegurar a implantação, adequação e melhoria da infraestrutura física destinada ao funcionamento da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, promovendo condições adequadas para o atendimento pré-hospitalar móvel, a segurança dos usuários e profissionais de saúde, a melhoria da capacidade de resposta às ocorrências de urgência e emergência e o fortalecimento da rede municipal de saúde do Município de Frecheirinha/CE.

Os resultados esperados encontram-se alinhados aos princípios da eficiência, vantajosidade, planejamento, economicidade e interesse público, nos termos do §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Resultados operacionais
Implantação de edificação pública específica para funcionamento da Base do SAMU, contemplando ambientes administrativos, áreas de apoio às equipes, espaço para estacionamento de ambulâncias e estrutura adequada para organização operacional do serviço;
Adequação integral da infraestrutura às normas técnicas vigentes, incluindo requisitos de acessibilidade, segurança do trabalho, conforto ambiental, funcionalidade dos espaços e normas sanitárias aplicáveis;
Melhoria da logística operacional do atendimento de urgência e emergência, com organização adequada das equipes, equipamentos e fluxos de atendimento;
Redução do tempo de resposta às ocorrências, em razão da estrutura física adequada para suporte às atividades do SAMU;
Resultados econômicos
Otimização da aplicação dos recursos públicos por meio da contratação sob o regime de empreitada por preço global, com quantitativos previamente definidos e controle efetivo de custos;
Previsibilidade orçamentária, com base em orçamento referencial estruturado em tabelas oficiais (SEINFRA/CE e SINAPI) e BDI definido nos documentos técnicos;
Redução de custos futuros com manutenção corretiva, mediante adoção de técnicas construtivas adequadas e materiais compatíveis com padrões de durabilidade exigidos para edificações públicas;
Racionalização da execução contratual, evitando fragmentação da contratação, sobreposição de serviços e desperdício de recursos públicos.
Resultados sociais e educacionais

Melhoria da qualidade do atendimento às ocorrências de urgência e emergência no Município, com estrutura adequada para suporte às equipes do SAMU;

Fortalecimento da rede de atenção às urgências, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

Ampliação da capacidade operacional do Município na prestação de serviços de saúde de média complexidade;

Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, com ambientes adequados para descanso, organização e suporte às atividades operacionais;

Resultados ambientais e de sustentabilidade

Utilização de técnicas construtivas e materiais compatíveis com os princípios da sustentabilidade, eficiência energética, durabilidade e racionalização do uso de recursos naturais;

Gestão adequada dos resíduos da construção civil, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

Redução de impactos ambientais por meio de planejamento executivo eficiente, controle de desperdícios e uso racional de insumos;

Contribuição para a sustentabilidade do patrimônio público, mediante a entrega de edificação com maior vida útil, desempenho adequado e menor necessidade de intervenções corretivas ao longo do tempo.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art.6º, Inc. XV do anexo II do Decreto Municipal Nº 002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024)

13.1. Para garantir a segurança jurídica, a regularidade processual e a efetividade da contratação referente à execução das obras de construção da **Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**, no âmbito do Município de Frecheirinha/CE, deverão ser adotadas, previamente à celebração do contrato, as seguintes providências:

a) Verificação da habilitação e qualificação da licitante vencedora, mediante conferência da documentação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, incluindo registros no CREA/CAU, atestados de capacidade técnica e comprovação da qualificação técnico-profissional exigida para execução da obra;

b) Validação da documentação contratual, compreendendo a minuta do contrato, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Projeto Básico de Engenharia, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e demais instrumentos da fase de planejamento, assegurando plena compatibilidade entre os documentos técnicos e jurídicos;

c) Compatibilização com os instrumentos de planejamento e orçamento público, mediante verificação da previsão no Plano de Contratações Anual (PCA), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na dotação orçamentária específica, garantindo a disponibilidade de recursos para a execução da obra, em conformidade com a legislação fiscal vigente;

d) Observância dos princípios da publicidade e transparência, com a divulgação dos atos do procedimento licitatório e da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico oficial do Município e nos demais meios exigidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando o controle social e o amplo acesso às informações;

e) Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, por meio de portaria específica, com definição clara de atribuições, responsabilidades e fluxos de acompanhamento, medição, fiscalização e atesto dos serviços executados;

f) Realização de reunião técnica inicial (kick-off) com a empresa contratada, o gestor e o fiscal do contrato, bem como os setores técnicos envolvidos, com a finalidade de alinhar as obrigações contratuais, o cronograma físico-financeiro, a metodologia de execução, os procedimentos de fiscalização, o controle de qualidade, as normas de segurança do trabalho e as diretrizes técnicas previstas no Projeto Básico de Engenharia;

g) Verificação prévia das condições do local da obra, incluindo disponibilidade de acesso, infraestrutura mínima, eventuais interferências e adequação para início dos serviços, assegurando que a execução ocorra de forma regular, segura e sem impedimentos;

h) Exigência, quando aplicável, da apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) dos profissionais responsáveis pela execução da obra, devidamente registrados no conselho profissional competente, como condição para início dos serviços.

14. DA JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL

14.1. O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o menor preço global, compatível com a modalidade Concorrência Eletrônica e com o regime de execução indireta por empreitada por preço global, considerando a natureza do objeto, que consiste na execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE.

14.2. A escolha do menor preço global revela-se adequada em razão de a obra possuir escopo previamente definido, com serviços padronizados, metodologia construtiva conhecida e quantitativos estimados no Projeto Básico de Engenharia, permitindo que os licitantes apresentem propostas completas, consistentes e plenamente comparáveis, baseadas na execução integral do empreendimento.

14.3. Esse critério confere maior previsibilidade à Administração Pública, uma vez que a contratada assume a responsabilidade pela execução total da obra pelo valor global ofertado, reduzindo riscos de desequilíbrios entre preços unitários, de manipulação de itens da planilha orçamentária e da necessidade de ajustes contratuais indevidos durante a execução.

14.4. O julgamento pelo menor preço global assegura objetividade, isonomia e transparência, pois possibilita a comparação direta entre os valores finais apresentados pelos licitantes, sem necessidade de avaliações subjetivas, em consonância com os princípios do julgamento objetivo, da legalidade, da eficiência e da competitividade, previstos na Lei nº 14.133/2021.

14.5. Ademais, a adoção desse critério incentiva o adequado planejamento da execução por parte da contratada, a otimização dos custos de insumos, mão de obra e equipamentos e a eficiente gestão dos recursos necessários à realização da obra, sem prejuízo do atendimento às especificações técnicas, às normas de engenharia e aos padrões de qualidade estabelecidos no Projeto Básico de Engenharia.

14.6. Ressalta-se, ainda, que o critério adotado encontra respaldo nas boas práticas de contratação de obras públicas e se mostra plenamente compatível com empreendimentos de escopo definido, como o presente, contribuindo para a mitigação de riscos de sobrepreço, superfaturamento e distorções na formação de preços.

14.7. Diante do exposto, conclui-se que o critério de julgamento pelo menor preço global é o mais adequado para a presente contratação, por alinhar-se à modalidade escolhida, ao regime de execução adotado e aos objetivos da Administração Municipal, assegurando economicidade, segurança jurídica, transparência e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

15. DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

15.1. Para a presente contratação, que tem por objeto a execução das obras de construção da Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, no Município de Frecheirinha/CE, não será admitida a participação de empresas em consórcio.

15.2. A vedação à participação em consórcio justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste em obra de engenharia com escopo definido, serviços padronizados, metodologia construtiva conhecida e grau de complexidade compatível com a capacidade operacional de empresas individualmente habilitadas no mercado regional e nacional.

15.3. A execução da obra sob o regime de empreitada por preço global exige unidade de comando, responsabilidade técnica centralizada e clareza na atribuição das responsabilidades contratuais, condições que são mais adequadamente asseguradas quando a contratação se dá com empresa única, sem divisão de obrigações entre consorciadas.

15.4. Ademais, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação da gestão contratual, da fiscalização e do controle da execução, reduzindo riscos administrativos, operacionais e jurídicos, especialmente quanto à apuração de responsabilidades em eventuais inadimplementos, atrasos ou falhas técnicas na execução dos serviços.

15.5. Ressalta-se, ainda, que o mercado regional e nacional dispõe de número suficiente de empresas aptas a executar o objeto de forma individual, não havendo prejuízo à competitividade do certame, tampouco restrição indevida à participação de interessados, em consonância com os princípios da isonomia e da competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

15.6. Diante do exposto, conclui-se que a não admissão de consórcio revela-se medida necessária, adequada e proporcional, alinhada ao interesse público, assegurando maior eficiência na execução da obra, segurança jurídica e adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 002/2024.

16. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO SUGERIDA

16.1. Diante das características técnicas, operacionais e econômicas do objeto da contratação — execução das obras de construção da **Base do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU**, no Município de Frecheirinha/CE, conforme Projeto Básico de Engenharia e demais instrumentos da fase de planejamento — declara-se viável a contratação, bem como adequada a adoção da modalidade **Concorrência, na forma eletrônica**, com critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, compatível com o regime de execução indireta por **empreitada por preço global**.

16.2. A viabilidade da contratação encontra-se devidamente demonstrada, considerando-se, especialmente:

a) o levantamento técnico preliminar realizado pela Secretaria Municipal de Saúde e pela área de engenharia, que evidencia a necessidade de implantação de estrutura física adequada para funcionamento da Base do SAMU, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS;

b) a existência de Projeto Básico de Engenharia completo, contendo memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais elementos necessários à execução da obra;

c) a estimativa de custos elaborada com base em planilha orçamentária referencial da SEINFRA/CE (versão vigente), acrescida do BDI definido nos documentos técnicos, permitindo a definição de valor global para execução da obra;

d) a existência de mercado fornecedor apto à execução de obras de edificações públicas com características similares, assegurando competitividade e viabilidade do certame; e

e) a capacidade administrativa e institucional do Município de Frecheirinha/CE para conduzir o procedimento licitatório, fiscalizar a execução contratual e promover o adequado acompanhamento técnico da obra.

16.3. Considerando a natureza do objeto — obra de engenharia com escopo definido, quantitativos previamente estimados, soluções técnicas padronizadas e elevado impacto funcional e social na área da saúde pública — recomenda-se a adoção da modalidade **Concorrência, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, por ser a modalidade mais adequada para assegurar ampla competitividade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

16.4. A opção pela realização da licitação na forma eletrônica encontra amparo no Decreto Municipal nº 002/2024, considerando que o meio eletrônico amplia o universo de participantes, fortalece a competitividade, promove maior transparência e contribui para a eficiência, o controle e a rastreabilidade dos atos administrativos.

16.5. Quanto ao regime de execução, a adoção da **empreitada por preço global** mostra-se plenamente compatível com a contratação pretendida, uma vez que transfere à contratada a responsabilidade pela execução integral da obra pelo valor global ofertado, proporcionando previsibilidade financeira, controle da execução, facilidade de fiscalização e mitigação de riscos de desequilíbrios contratuais, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

16.6. No que se refere ao critério de julgamento, adota-se o **MENOR PREÇO GLOBAL**, por se tratar de obra com orçamento previamente definido em planilha detalhada, quantitativos estimados e serviços padronizados, permitindo comparação objetiva das propostas, preservando a isonomia e assegurando julgamento simples, transparente e alinhado ao interesse público.

16.7. Quanto ao **modo de disputa**, adota-se o **modo aberto**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se mostrar adequado à natureza da contratação, garantindo ampla competitividade, transparência e a redução progressiva dos preços por meio da dinâmica de lances públicos, sem comprometer a exequibilidade das propostas.

16.8. Considerando a relevância da obra, sua natureza técnica e a necessidade de assegurar a execução por empresa com capacidade comprovada, recomenda-se a adoção da **etapa de PRÉ-QUALIFICAÇÃO**, nos termos do art. 80 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024, como mecanismo de seleção prévia de licitantes que atendam aos requisitos técnicos, operacionais e econômico-financeiros compatíveis com o objeto.

16.9. A pré-qualificação tem por finalidade mitigar riscos de inexecução contratual, assegurar que apenas empresas devidamente qualificadas participem da fase competitiva e reforçar a segurança jurídica da contratação, especialmente em razão da relevância funcional da Base do SAMU e da necessidade de observância rigorosa às normas técnicas, sanitárias, de segurança e de desempenho da edificação.

16.10. Diante do exposto, conclui-se que a **Concorrência Eletrônica, com pré-qualificação, modo de disputa aberto, execução indireta por empreitada por preço global e critério de julgamento pelo menor preço global**, é a solução que melhor atende ao interesse público,



assegurando segurança jurídica, eficiência administrativa, vantajosidade econômica e adequada governança da contratação, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 002/2024.

APÊNDICE I AO ETP – MAPA DE RISCO.

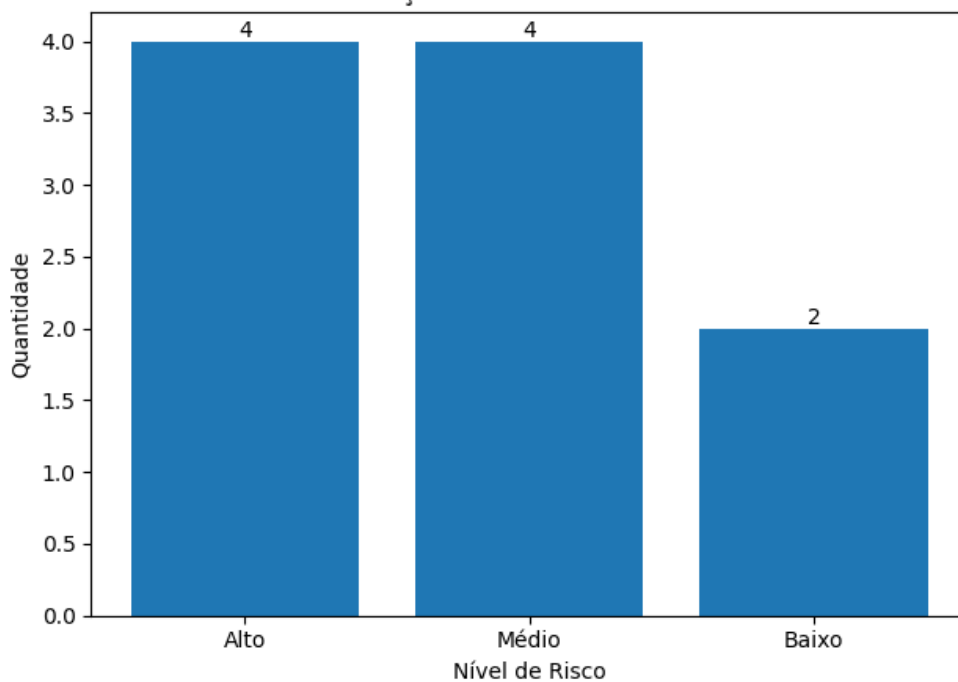
APÊNDICE I AO ETP – MAPA DE RISCO.**Dados do Processo:****Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA BASE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU, NO MUNICÍPIO DE FRECHEIRINHA/CE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS INSTRUMENTOS DA FASE DE PLANEJAMENTO.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
Atraso na execução da obra em relação ao cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Alto	Definição de cronograma físico-financeiro compatível; reuniões periódicas de acompanhamento; medições regulares; aplicação de sanções contratuais	Fiscal do Contrato / Secretaria de Saúde / Setor de Engenharia
Falhas na qualidade dos serviços executados (estrutura, alvenaria, instalações e acabamentos)	Média	Alto	Alto	Fiscalização técnica contínua; exigência de conformidade com o Projeto Básico, normas ABNT e SEINFRA; rejeição de serviços em desacordo	Fiscal do Contrato / Setor de Engenharia
Inexecução parcial ou total do contrato pela empresa vencedora	Baixa	Alto	Médio	Exigência de qualificação técnica e econômico-financeira; eventual garantia contratual; acompanhamento contínuo; aplicação de penalidades	Administração / Jurídico
Erros ou inconsistências nas medições dos serviços executados	Média	Médio	Médio	Medições realizadas por profissional habilitado; conferência documental; registros fotográficos; auditoria interna	Fiscal do Contrato / Setor de Engenharia
Interferências operacionais no entorno da obra (acesso,	Média	Médio	Médio	Planejamento logístico da obra; sinalização adequada; articulação	Secretaria de Saúde / Setor de Engenharia / Fiscal

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS PREVENTIVAS E DE MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL PELO CONTROLE
mobilidade ou serviços públicos)				com setores municipais e concessionárias; controle de acesso ao canteiro	
Risco trabalhista decorrente do inadimplemento da contratada	Média	Alto	Alto	Exigência de comprovação periódica de encargos trabalhistas e previdenciários; retenções legais quando cabíveis; cláusulas contratuais específicas	Fiscal do Contrato / Jurídico
Ausência, inconsistência ou incompatibilidade entre projetos (arquitetônico, estrutural, elétrico e hidrossanitário)	Média	Alto	Alto	Revisão técnica prévia; compatibilização de projetos; esclarecimentos técnicos antes da ordem de serviço	Sector de Engenharia
Acidentes de trabalho e riscos à segurança dos trabalhadores e terceiros	Baixa	Alto	Médio	Exigência de cumprimento das NRs; uso de EPIs/EPCs; plano de segurança do trabalho; fiscalização contínua	Contratada / Fiscal do Contrato
Aumento inesperado de custos por variação de preços de insumos	Baixa	Médio	Baixo	Orçamento referencial atualizado (SEINFRA); cronograma adequado; cláusulas de reajuste conforme legislação	Administração / Setor de Planejamento
Atraso na disponibilização ou ligação de serviços essenciais (energia, água, esgoto)	Baixa	Médio	Baixo	Planejamento antecipado junto às concessionárias; solicitação prévia de ligações; acompanhamento dos prazos	Administração / Setor de Engenharia

Distribuição dos Riscos - Obra SAMU





ANEXO II – PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA

